

HT-49

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

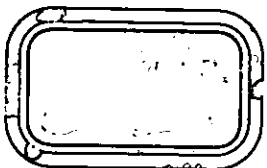
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TÍTULO: ACORDO DE NKOMATI: ESFORÇOS PELA PAZ E COEXISTÊNCIA
PACÍFICA ENTRE OS ESTADOS DA REGIÃO AUSTRAL DE ÁFRICA
(1975-1988)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura
da Universidade Eduardo Mondlane

ELABORADO POR: LÁZARO MACUACUA

MAPUTO, 1998



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TITULO: ACORDO DE NKOMATI: ESFORÇOS PELA PAZ E COEXISTÊNCIA
PACÍFICA ENTRE OS ESTADOS DA REGIÃO AUSTRAL DE ÁFRICA
(1975-1988)

ELABORADO POR: LÁZARO JOSÉ MACUÁCUA

MAPUTO, 1998

94:32 (679)
M 175a 04

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	27092
DATA	14/fev. 100
AQUISIÇÃO	infecta
COTA	HT-49

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei

AGRADECIMENTOS

Para dar corpo ao trabalho que irei apresentar várias foram as pessoas e instituições que contribuíram com apoio diverso, conselhos e orientações científicas, pelo que a todos eles quero expressar a minha inteira gratidão e amizade.

Ao meu supervisor professor Dr. David Hedges e a todo o elenco de docentes do Departamento de História da UEM que ao longo dos cinco anos que durou o curso prestaram o seu contributo para a minha formação.

Aos funcionários das bibliotecas do Centro de Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da UEM e da South African Institute of International Affairs.

Aos professores Tom Lodge do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Witwatersrand e Christopher Alden do Departamento de Relações Internacionais da mesma Universidade.

Aos senhores Mariano Matsinhe, Sérgio Vieira, Jacinto Veloso, Abdul Magid Osman, Rocky Williams e Abubakar Ismail pelo seu contributo para uma maior consistência deste trabalho através dos seus depoimentos.

À minha família, em especial o meu irmão Crescêncio e a minha falecida tia Nancy.

Aos meus colegas de turma com particular destaque para Ana Mussanhane e Manuela Madeira.

Por último, aos meus amigos Samuel Manhiça, Victor Guibunda e Paula Sabão pelos seus préstimos.

RESUMO

As independências dos Estados da região Austral de África ao romperem com o chamado cordão sanitário criado pelas administrações coloniais, com vista assegurar a sobrevivência do regime do Apartheid, geraram o isolamento da África do Sul e minaram a hegemonia deste país.

Face a isso, as relações entre a África do Sul e os Estados recém-surgidos experimentaram uma tensão política, que veio a ser agravada com o abraço pelos respectivos Estados da causa política do ANC e pela criação de uma instituição com vista a redução da sua dependência económica em relação à África do Sul, a SADCC.

Em resposta, a África do Sul adoptou uma política regional assente na desestabilização dos respectivos Estados que os impeliu a reverem as suas apostas políticas e responderem ao imperativo de assinarem plataformas de entendimento com o bastião regional, a África do Sul.

É neste contexto que Moçambique e a África do Sul assinaram a 16 de Março de 1984 o acordo de Nkomati, um pacto que não pôde contudo estancar as hostilidades militares em curso nos dois países, dada a natureza do acordo, a complexidade dos litígios e o ambiente político internacional. Contudo, veio a inaugurar uma nova era política na região caracterizada por iniciativas diplomáticas com vista a resolução de litígios em detrimento de confrontações militares.

A deterioração da capacidade sul-africana de sustentar a sua política regional e colonial, em conjugação com o início da aplicação de sanções económicas pela comunidade internacional, a revelação das atrocidades cometidas pela RENAMO, o braço armado da SADF em Moçambique, a multiplicação de pressões internacionais contra a administração Reagan e o governo sul-africano, com vista a revisão dos seus vínculos políticos e, o início de acções conjuntas pelas superpotências políticas e militares da época, os Estados Unidos da América e a URSS, permitiram a criação de um ambiente favorável à paz em Moçambique e à coexistência pacífica entre os Estados da região.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	I
CRONOLOGIA	II
INTRODUÇÃO	1
1. EVOLUÇÃO POLITICA NA ÁFRICA AUSTRAL 1975-1981	10
2. DINÂMICA ECONÓMICA E DIPLOMÁTICA EM MOÇAMBIQUE 1975-1983	26
3. RUMO AO ACORDO DE NKOMATI 1981-1984	41
* o processo negocial	51
4. O ACORDO DE NKOMATI 1984-1988	56
* posição dos signatários	57
* o acordo	60
* evolução politica pós-Nkomati	62
* a África Austral pós-Nkomati	75
* Nkomati e o processo de liberalização da economia moçambicana	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
FONTES UTILIZADAS	84
ANEXOS	
* delegações as negociações	
* carta de Reolof Botha endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas	
* texto integral do acordo de Nkomati	

"...We can ensure that historians of the future will mark today as a major turning point in the destiny of our sub-continent".

P.W. Botha, 16 de Março de 1984

ABREVIATURAS

ANC: African National Congress (Congresso Nacional Africano)
CAME: Conselho de Ajuda Mútua e Económica
CEA: Centro de Estudos Africanos
CEE: Comunidade Económica Europeia
CIA: Central Intelligence Agency
EPG: Eminent Persons Group
FMI: Fundo Monetário Internacional
FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique
IDA: International Development Association (Associação Internacional de Desenvolvimento)
IFC: International Financial Corporation (Sociedade Financeira Internacional)
RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana
SADCC: Southern African Development Coordinating Conference (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral)
SADF: South African Defense Force (Forças de Defesa Sul-africana)
SAMI: South African Military Intelligence (Inteligência Militar Sul-africana)
SASOL:
SWAPO: South West Africa People Organization (Organização dos Povos do Sudoeste Africano)
UDF: United Democratic Front (Frente Democrática Unida)
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU-FP: Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (União Nacional Africana do Zimbabwe- Frente Patriótica)

CRONOLOGIA

- 1974
.....: entendimento entre a administração Vorster e a Linha da Frente
- 1975
Junho: Independência de Moçambique
Agosto: Invasão sul-africana à Angola
Novembro: Independência de Angola
.....: Conferência da Commonwealth nas Bahamas em que se decidiu a canalização para Moçambique de um apoio monetário para a minimização dos efeitos da aplicação de sanções contra a Rodésia do Sul Libras
- 1976
Março: aplicação pelo governo moçambicano de sanções económicas contra a Rodésia do Sul
Março: o Conselho de Segurança das Nações Unidas ratifica a resolução 386 referente à intervenção da comunidade internacional em Moçambique para a minimização dos efeitos da aplicação de sanções
Abril: abertura do porto de Richards Bay, em Durban
.....: criação da RENAMO pela Organização central de Inteligência da Rodésia do Sul
- 1977
Novembro: o Conselho de Segurança das Nações Unidas vota pelo embargo contra a venda livre de armas à África do Sul
- 1978
Abril: o Fundo Monetário Internacional decide o abandono do preço fixo do Ouro
Setembro: P. W. Botha torna-se Primeiro-Ministro da África do Sul
.....: entendimento entre a FRELIMO e o ANC com vista a presença de quadros do movimento sul-africano em Moçambique

1979

Julho: Conferência de Arusha convocada pela Linha da Frente

Novembro: a reunião no Hotel Carlton em Johannesburgo envolvendo P.W. Botha e os principais representantes do capital e do Estado sul-africano

Dezembro: assinatura dos acordos de Lancaster House

1980

Janeiro-Fevereiro: a SADF torna-se patrono da RENAMO

Abril: independência do Zimbabwe

Abril: criação da SADCC

Abril: início da transferência da RENAMO da Rodésia do Sul para a África do Sul, a chamada "operação Mila"

Junho: a SASOL é sabotada pelo ANC

Novembro: Ronald Reagan ganha as eleições norte-americanas

1981

Janeiro: ataque sul-africano aos acampamentos do ANC na Matola

Março: o governo moçambicano expulsa seis diplomatas norte-americanos sob a acusação de serem agentes da CIA

.....: apresentação em Moscovo do pedido de filiação de Moçambique ao CAME

.....: encontro entre o presidente Samora Machel e Wayne Smith

1982

Abril: inclusão de Frank Wisner no secretariado de Estado norte-americano para os assuntos africanos

Julho: substituição de Alexander Haig por George Shultz do cargo de Secretário de Estado Norte-americano

Agosto: realização da 10ª sessão do Comité Central em que se decidiu o lançamento de uma ofensiva diplomática no ocidente

Outubro: encontro entre Joaquim Chissano e George Shultz

Dezembro: primeira ronda informal entre Moçambique e a África do Sul com vista a negociação de uma plataforma de entendimento

.....: início da presença das tropas zimbabweanas no corredor da Beira

.....: o presidente Samora Machel e alguns dirigentes da FRELIMO decidem a liberalização da economia moçambicana

1983

Janeiro: vinda à Moçambique de congressistas norte-americanos e em seguida de Chester Crocker

Maior: segunda ronda informal entre Moçambique e a África do Sul com vista o alcance de uma plataforma de entendimento

Maior: ataque pelo ANC às instalações da força aérea sul-africana em Pretória

Agosto: criação da UDF

Outubro: o presidente Samora Machel visita vários países da Europa

Outubro: substituição de Clark por Robert McFarlane do cargo de Conselheiro Nacional de Segurança norte-americana

Novembro: nomeação do primeiro embaixador moçambicano para os Estados Unidos da América

Novembro: o governo sul-africano recebe a sugestão do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória sobre os termos de negociação do futuro do ANC em Moçambique

Dezembro: primeira ronda negocial entre Moçambique e África do Sul

1984

Janeiro: segunda ronda negocial entre Moçambique e a África do Sul

Fevereiro: encontro em Maputo entre autoridades moçambicanas e sul-africanas no âmbito do processo negocial

Fevereiro: assinatura do acordo de Lusaka entre Angola e a África do Sul

Março: terceira ronda negocial entre Moçambique e a África do Sul

16 de Março: assinatura do acordo de Nkomati

Abril: retirada dos quadros do ANC do território moçambicano

Maiο: P.W. Botha visita a Europa ocidental

Setembro: adesão de Moçambique às instituições do Bretton Woods

Setembro: abertura do Parlamento tricamarário na África do Sul

Outubro: assinatura da "Declaração de Pretória"

Novembro: reeleição de Ronald Reagan

.....: agravamento do declínio do preço do Ouro chegando a cifra de US 300

1985

Junho: os presidentes Samora Machel, Robert Mugabe e Julius Nyerere encontram-se em Harare

Julho: decreta-se o Estado de Emergência na África do Sul

Agosto: tomada do quartel general da RENAMO, a "Casa Banana"

Setembro: Reolof Botha recebe em Maputo do presidente Samora Machel as provas documentais da violação pela África do Sul do acordo de Nkomati

Setembro: Viagem do presidente Samora Machel aos Estados Unidos da América

Outubro: revelação na imprensa dos contactos entre funcionários seniores da SADF e o líder da RENAMO Afonso Dhlakama

.....: campanha de desinvestimento na África do Sul

.....: grupos anti-Apartheid nos Estados Unidos da América pressionam as grandes instituições investidoras para o desinvestimento na África do Sul

1986

Maio-Junho: encontro entre o EPG e os chefes dos Estados da Linha da Frente

Junho: publicação do relatório do EPG

Julho: Conferência de Viena em que é decidido o isolamento político internacional da África do Sul

Setembro: a CEE inicia a aplicação de sanções contra a África do Sul

Outubro: ratificação pelo Congresso norte-americano do Comprehensive Anti-Apartheid Act prescrevendo o banimento de novos investimentos na África do Sul

.....: incremento pelos Estados Unidos da América das sanções contra a África do Sul

.....: renovação do entendimento entre a FRELIMO e o ANC sobre o uso pelo movimento sul-africano do território moçambicano

1987

Janeiro: publicação do relatório com o título "US Secretary of state's (Cary/Coleman) Advisory Committee on South Africa"

Junho: massacre de Homóine

Junho: aprovação da Emenda Dellums pelo Congresso norte-americano prescrevendo a criação de condições para o rompimento dos vínculos políticos entre a administração Reagan e o governo sul-africano

Outubro: o presidente Joaquim Chissano visita os Estados Unidos da América

.....: Israel renuncia a extensão da cooperação militar e contratos militares com a África do Sul

1988

Abril: publicação do relatório Gersony

Abril: o governo moçambicano lança uma ofensiva diplomática para revitalizar o acordo de Nkomati

Maio: realização da 4ª reunião do Comité Conjunto Moçambique-Africa do Sul

Maio-Junho: Conferência de Moscovo entre Mikhail Gorbatchiov e Ronald Reagan

Maio: início das conversações entre a África do Sul, Angola, Cuba e Namíbia

Junho: o presidente Joaquim Chissano visita o Malawi

Setembro: encontro de Songo entre os presidentes Joaquim Chissano e P.W. Botha

Dezembro: assinatura do protocolo de Brazaville

Dezembro: entendimento entre Angola e Cuba especificando o calendário para a retirada das tropas cubanas de Angola

INTRODUÇÃO

Tem-se como pretensão abordar o acordo de Nkomati, um pacto assinado a 16 de Março de 1984 pelos governos moçambicano e sul-africano preconizando a não-agressão e boa vizinhança, numa perspectiva histórica conjugada com as de economia política e relações internacionais.

É uma pretensão que se estende à análise das razões que impeliram o governo sul-africano a votar por uma política de desestabilização contra Moçambique, ainda que sob forma de acções de retaliação, em conjugação com as razões da ausência de um clima de paz em Moçambique e uma coexistência pacífica entre os Estados da região, apesar das iniciativas diplomáticas dos respectivos Estados com vista a negociação com a África do Sul de plataformas políticas de entendimento.

Esta abordagem, abarca o período entre 1975 e 1988, dois marcos históricos da evolução política da região Austral de África que refletem a criação em Moçambique de condições objectivas para um ambiente de paz e segurança. O primeiro refere-se à independência de Moçambique e o segundo à derrota das tropas sul-africanas em Cuito Cuanavale.

A tese defendida pelo governo sul-africano de que a adopção de uma política de desestabilização contra Moçambique resulta do envolvimento do governo moçambicano nos assuntos internos da África do Sul, através da cobertura das acções terroristas do ANC, é a maior motivação para este trabalho, tendo sido

inicialmente estimulada pela leitura das obras de Michel Cahen¹ e de Ronnie Kasrils².

O argumento deste trabalho é elaborado a partir das hipóteses seguintes:

- A interpretação do regime do Apartheid acerca do envolvimento do governo moçambicano no processo de erradicação do colonialismo na região Austral, impelido pela solidariedade política com os movimentos de libertação, gerou uma tensão nas relações entre Moçambique e a África do Sul.

Para este regime, o envolvimento do governo moçambicano neste processo era uma interferência nos assuntos internos dos Estados vizinhos e resultava na promoção de acções terroristas que punham em causa a ordem e segurança. Assim, era imperioso a adopção de uma política com vista a defesa da soberania do Estado e a integridade territorial: a política de desestabilização.

A adopção desta política reduziu-se a acções de retaliação ao consentimento pelo governo moçambicano da livre circulação, em território moçambicano, dos quadros do Umkhonto WeSizwe, o braço armado do ANC, que a sua revelia transformaram Maputo em corredor de infiltração de armas e guerrilheiros para o interior da África do Sul.

- A confrontação política entre o regime do Apartheid e a Linha da Frente, exacerbada na tentativa desta organização de

¹. Michel Cahen, *Mozambique: la Révolution implosée*. Paris: L'Harmattan, 1990

². Ronnie Kasrils, *'Armed and dangerous': my undercover struggle against Apartheid*. Oxford: Heinemann, 1991

criar uma instituição capaz de reduzir a dependência económica dos países da região Austral de África em relação à África do Sul, conduziu a SADF a conceder apoio logístico e campos de treino à RENAMO com a missão de desestabilizar a economia moçambicana e as infraestruturas directamente ligadas à SADCC.

Moçambique, veio a ser um dos alvos principais das acções militares da SADF, devido a sua localização estratégica a nível da região que assegurava o uso, pelos países do Hinterland, das suas infraestruturas económicas, com vista o acesso ao mar em detrimento das sul-africanas.

- O agravamento da crise financeira na África do Sul decorrente da canalização de avultados valores monetários para o sustento da política regional de desestabilização e administração da Namíbia, em conjugação com a incapacidade de conter as acções do ANC no interior da África do Sul e a multiplicação dos indícios de isolamento internacional da África do Sul, conduziram o governo sul-africano a iniciativas diplomáticas caracterizadas por negociações com os Estados vizinhos, com vista o alcance de plataformas políticas de entendimento.

* O argumento em si é o seguinte: o acordo de Nkomati não é um instrumento capaz de estancar as acções militares em curso em ambos os Estados signatários, em particular Moçambique, mas apenas um pressuposto para o restabelecimento da paz em Moçambique e a negociação de uma plataforma de entendimento entre o governo sul-africano e o ANC.

Quando o acordo foi assinado, ainda não estavam criadas as

condições objectivas para a paz em Moçambique e um clima de segurança na África do Sul. Havia necessidade de negociações directas entre o governo moçambicano e a RENAMO e, entre o governo sul-africano e o ANC; uma linha de consenso na cúpula governativa de Pretória sobre o apoio concedido à RENAMO e, a aproximação das duas maiores potências políticas e militares da época, os Estados Unidos da América e a URSS.

De facto, não havia compatibilidade entre a vontade política da componente civil e a componente militar da cúpula de Pretória, pois a militar advogava a manutenção da política regional, exacerbada em Moçambique no apoio ao movimento rebelde, a RENAMO; o governo sul-africano não dava indicações de aproximação ao ANC e, estava-se ainda no período da guerra fria não havendo, por conseguinte, uma aproximação efectiva das duas superpotências da época para a resolução dos chamados conflitos regionais.

Havia divergência de pretensões entre os Estados signatários em relação ao acordo de Nkomati. O governo moçambicano pretendia um instrumento legal que o podia usar contra o governo sul-africano, no sentido deste cooperar nos seus esforços diplomáticos com vista o restabelecimento da paz em Moçambique e a criação de um espaço favorável para o estabelecimento de uma nova ordem económica. O governo sul-africano pretendia um instrumento similar para usá-lo no resgate da credibilidade política do regime do Apartheid, na redução dos indícios de isolamento internacional e na persuasão do capital estrangeiro a reinvestir na África do Sul.

Entretanto, ambos decidiram-se pela assinatura deste acordo

impelidos pela acção de imperativos económicos e políticos similares:

- A depauperização da economia moçambicana resultante, em larga medida, das acções militares da RENAMO / O agravamento da crise financeira na África do Sul decorrente das despesas militares para o sustento da política regional e a administração da Namíbia.

- O desgaste da imagem política da FRELIMO devido ao clima de instabilidade política / A perda pelo regime do Apartheid da sua credibilidade política no seio dos círculos políticos do ocidente.

A metodologia usada para a elaboração deste trabalho consistiu na consulta de fontes não publicadas, comportando documentos e teses e fontes publicadas, nomeadamente jornais, revistas, artigos e livros.

Da leitura destas fontes, surgiram questões que suscitaram a necessidade de recolha de depoimentos junto de actores sociais, que participaram directa ou indirectamente no processo que conduziu à necessidade da assinatura do acordo de Nkomati.

De entre os depoimentos recolhidos, destacam-se os de Mariano Matsinhe que detalha o envolvimento do governo moçambicano na causa política do ANC, através do consentimento da livre circulação dos quadros deste movimento no território moçambicano e, em alguns casos, a conivência das forças especiais moçambicanas no processo de infiltração de armas e guerrilheiros para a África do Sul, a partir de Maputo; de Abubakar Ismail que vinca as acções do ANC em Moçambique, à revelia do governo

moçambicano, com vista o alcance dos seus intentos e de Sérgio Vieira que esclarece a natureza do entendimento havido em 1974 entre a Linha da Frente e o governo sul-africano, interpretado por alguns autores (é o caso de Abrahamsson e Nilsson³) como tendo sido um acordo secreto entre a FRELIMO e o governo sul-africano.

Destacam-se também diversas obras pela sua relevância para o presente trabalho. O livro de William Minter⁴ dá uma imagem detalhada sobre a natureza das guerras que eclodiram em Angola e em Moçambique, tocando os diversos subsídios que concorreram para o efeito nomeadamente: a estrutura social, a intervenção de forças políticas externas, as vulnerabilidades e os erros cometidos pelos respectivos Estados;

A obra de Álvaro do O'da Silva⁵ aborda o estabelecimento de uma nova ordem política na região Austral de África decorrente do processo de independências e a natureza das relações entre os Estados recém-criados com a África do Sul. Esta obra, também vinca os pressupostos necessários para a coexistência pacífica entre os Estados da região, defendendo uma cooperação regional activa e um diálogo permanente;

³. Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, *Mozambique the troubled transition: from socialist construction to free market capitalism*. London/New Jersey: Zed Books, 1995

⁴. William Minter, *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1994

⁵. Álvaro do O'da Silva, *Afrique Australe: a la recherche d'une identité*. Paris: L'harmattan, 1991

O livro de Joseph Hanlon⁶ faz uma análise detalhada das acções militares sul-africanas contra os países vizinhos e permite a percepção das opções políticas dos Estados da região face ao seu envolvimento num conflito armado com a África do Sul;

A obra de Mark Cheatham⁷, a única que aborda como tópico específico "o acordo de Nkomati", dá enfoque à necessidade de também se perceber o envolvimento das forças políticas externas no processo histórico de Moçambique e em particular no processo que conduziu à assinatura do acordo de Nkomati.

O argumento procura demonstrar que a administração Reagan, ao conceber a política do "constructive engagement", pretendia conduzir os Estados da África Austral a uma aproximação efectiva das instituições multinacionais de crédito, com vista a defesa e acomodação dos interesses económicos do ocidente na região. O acordo de Nkomati é um indicador do percurso do Estado moçambicano rumo a esse fim.

O livro de Kenneth Grundy⁸ aborda o processo de transformação da componente militar sul-africana numa força política dominante na vida política sul-africana, com reflexos a nível da tomada de decisões sobre a política interna e regional do regime do Apartheid. Assim, facilita a percepção da

⁶. Joseph Hanlon, *Beggar your neighbours: Apartheid power in Southern Africa*. London: James Currey, 1986

⁷. Mark Wayne Cheatham, *Constructive engagement in Mozambique, 1980-1984: the accord of Nkomati*. Tese de mestrado, University of Oregon, 1985

⁸. Kenneth Grundy, *The militarization of South African politics*. Oxford: Oxford University Press, 1988

complexidade da estrutura governativa de Pretória, no período subsequente à administração Vorster;

A tese de João Cravinho⁹ analisa a opção política da FRELIMO (a criação em Moçambique de um Estado socialista) e, em seguida, as razões que conduziram à sua revisão. Neste sentido, vai a obra de Hanlon¹⁰ que privilegia a crise e as dificuldades enfrentadas por Moçambique resultantes de tal opção.

Por último, o texto de Dan O'Meara¹¹ aborda a dinâmica política da África do Sul, durante o período de vigência do regime do Apartheid, com vista a percepção das causas da crise deste regime a partir de finais dos anos 70.

No cômputo geral, são obras produzidas numa conjuntura política não favorável à obtenção, através dos protagonistas, de informações sobre a postura política dos Estados da região. Face a este entrave, estas obras limitam-se a culpabilizar o regime do Apartheid da experiência política da região Austral de África durante os anos 80.

De facto, não há um equilíbrio na menção dos subsídios que conduziram à adopção pelo governo sul-africano da política regional de desestabilização, pois há omissão da contraparte dos Estados vítimas dessa política.

⁹. João Cravinho, *Modernizing Mozambique: Frelimo ideology and Frelimo state*. Tese de doutoramento, University of Oxford, 1995

¹⁰. Joseph Hanlon, *Mozambique: revolution under fire*. London: Zed Books, 1990

¹¹. Dan O'Meara, *Forty lost years: the Apartheid state and the politics of the National party, 1948-1994*. Johannesburg: Ravan Press, 1996



A minha pesquisa distingue-se por tentar demonstrar que os Estados da região, em particular Moçambique, foram vítimas das hostilidades sul-africanas devido a opção política de se abraçar a causa política do ANC, estando também subjacente a confrontação política levada a cabo pela Linha da Frente contra o governo sul-africano.

O texto vai comportar referências sobre a evolução política na região, no período entre 1975 e 1981, destacando as decisões tomadas pelo governo moçambicano que abriram precedentes para o estabelecimento em Moçambique de um clima de tensão política, os reflexos do estabelecimento na África Austral de uma nova ordem política e os factores que contribuíram para a não eclosão, em finais dos anos 70, do conflito armado entre Moçambique e a África do Sul.

Em seguida, vem os esforços diplomáticos do governo moçambicano com vista o restabelecimento da paz no país e a coexistência pacífica entre os Estados da região, em conjugação com as causas da não consumação desta pretensão e as primeiras indicações de um ambiente favorável a paz em Moçambique e a coexistência pacífica entre os Estados da África Austral.

EVOLUÇÃO POLITICA NA ÁFRICA AUSTRAL 1975-1981

Neste capitulo, procura-se demonstrar que a tensão política que se estabeleceu nas relações entre a África do Sul e os Estados vizinhos, em particular Moçambique, tem as suas raízes no rompimento do "cordão sanitario", uma espécie de aliança formada pelas administrações coloniais da região Austral de África com a África do Sul, no sentido de se assegurar a sobrevivência do regime do Apartheid.

Entretanto, a solidariedade política com os movimentos de libertação e a defesa da causa da libertação dos povos negros de África, princípios nutridos pela FRELIMO e demonstrados no apoio à ZANU-FP e ao ANC, em conjugação com a criação da SADCC, em Abril de 1980, são elementos a serem considerados para a percepção desta crise política.

O governo minoritário da África do Sul sob o argumento de que sofria um "assalto total", pelos Estados recém-surgidos na região, pondo em causa a sobrevivência do regime do Apartheid, elaborou, neste período tendo implementado a partir de 1981, uma política regional assente na desestabilização militar desses Estados, no sentido de conduzi-los a acomodarem os interesses políticos e económicos da África do Sul, condição para a manutenção da sua hegemonia regional.

O estabelecimento na África Austral, no período entre 1975 e 1980, de uma nova ordem política decorrente das independências dos Estados da região, criou condições para mudanças na correlação de forças.

Trata-se de um processo que fez surgir, por um lado, três Estados: Angola, Moçambique e o Zimbabwe, Estados com uma orientação política anti-apartheid nutrindo também simpatias políticas com o bloco leste e, por outro lado, o isolamento relativo da África do Sul devido a dissolução do chamado cordão sanitário, que havia sido criado pelas administrações coloniais brancas da região.

"Até 1974, a estrutura de poder na África Austral era caracterizada por uma permanente hegemonia de Estados de dominação branca sobre os regimes negros. Este carácter monolítico do poder branco e a sua unificação com o capital internacional parecia estar de facto imposta"¹².

Entretanto, as linhas fronteiriças do sul de Angola com a Namíbia e entre Moçambique e a África do Sul, transformaram-se em focos de insegurança para o regime minoritário da África do Sul, pois

"com a independência, os territórios de Angola e Moçambique tornaram-se em campos de aplicação de princípios do Marxismo-Leninismo, em matéria de organização de Estado e de política económica"¹³.

Face a nova ordem política, a região Austral de África

¹². Bernard Magubane, 'Imperialism and national liberation struggles in Southern Africa'. in: *Southern Africa: society, economy and liberation*. David Willey/Allen Isaacman (editores) Michigan: Michigan State University, 1981 pp.313-314

¹³. O'da Silva, *Afrique Australe...*p.24

experimenta uma instabilidade política caracterizada por acções militares movidas por Pretória contra os Estados vizinhos, no sentido de assegurar a manutenção do regime do Apartheid.

O primeiro sinal de instabilidade política é a invasão sul-africana a Angola, em Agosto de 1975, uma invasão que tinha em vista a contenção da euforia que se vivia no seio da comunidade negra sul-africana, resultante da independência de Moçambique, mas também uma medida de prevenção a uma repentina mudança na balança regional de forças, o que a consumir-se poderia trazer consequências drásticas ao "cordão sanitário".

A euforia vivida pela comunidade negra sul-africana, como refere Dan O'Meara, exacerbou-se na "manifestação de Setembro de 1974, organizada pela Organização dos Estudantes Sul-africanos, que reuniu 30 000 estudantes em solidariedade com o governo de transição em Moçambique dominado pela FRELIMO"¹⁴.

Moçambique pôde beneficiar-se, no período imediato à sua independência, do princípio da política externa de John Vorster, o Primeiro Ministro sul-africano, o princípio da "Coexistência pacífica" entre Estados brancos e negros da África Austral, assumido como "um pressuposto para a criação de uma comunidade regional baseada num alto grau de integração económica"¹⁵.

Este princípio, refletiu-se no cumprimento do entendimento havido em 1974, entre o governo sul-africano e a Linha da Frente,

¹⁴. O'Meara, *Forty lost years...*p.179

¹⁵. J. E. Spence, 'South Africa, the world powers, and Southern Africa'. in: *South Africa in Southern Africa: the intensifying vortex of violence*. Thomas Callaghy (coord). New York: Praeger, 1983 p.114

em que os principais protagonistas foram o presidente zambiano Kenneth Kaunda e o Primeiro-Ministro sul-africano John Vorster.

"(Este acordo) inscrevia-se, por um lado, na preocupação dos Estados da Linha da Frente em assegurar que as independências de Angola, Moçambique, Namíbia e do Zimbabwe viessem a ter lugar e, por outro lado, naquele momento da administração sul-africana e particularmente do governo de Vorster daquilo que eles chamavam a política de desanuviamento"¹⁶.

Mesmo assim, o território moçambicano veio a ressentir-se da acção do governo colonial da Rodésia do sul, devido a aplicação, pelo governo moçambicano, de sanções económicas contra a Rodésia do Sul, em resposta à resolução das Nações Unidas¹⁷, em detrimento dos vínculos económicos firmados durante o período colonial, que contribuíam para o equilíbrio da balança de pagamentos de Moçambique.

Trata-se de uma decisão que se segue à adopção, pelo governo colonial da Rodésia do Sul, de uma política com vista a redução da dependência rodesiana das infraestruturas económicas de Moçambique para o acesso ao mar, através da construção de uma linha férrea que liga o território à África do Sul.

Entretanto, também resultou de um optimismo do governo moçambicano em relação a uma cooperação activa da comunidade internacional na solução de eventuais constrangimentos inerentes ao embargo, estando também subjacente o facto de a balança de pagamentos de Moçambique não registar indícios de uma crise.

¹⁶. Entrevista com Sérgio Vieira a 29 de Outubro de 1997

¹⁷. Allen Isaacman, 'Underdevelopment and economic transformation in Mozambique to ca.1977'. in: *Southern Africa: society, economy and liberation*. David Willey/Allen Isaacman (editores) Michigan: Michigan State University, 1981 p.175

Acredita-se que o governo moçambicano estava consciente dos possíveis prejuízos económicos e represálias militares rodesianas que seriam provocadas pela aplicação de sanções económicas à Rodésia do Sul.

Mas, porque os calculos do governo Moçambicano indicavam perdas anuais na ordem dos 57 milhões de Dólares, com a possibilidade de serem minimizadas com o pacote de ajuda da Grã-Bretanha de 15 milhões de Libras, prometido no decurso da Conferência da Commonwealth nas Bahamas em 1975¹⁸, avançou com a decisão.

Ainda em Março de 1976, o Conselho de Segurança das Nações Unidas ratificou a resolução 386, prescrevendo um apelo a todos os Estados a cooperarem num programa de assistência financeira para Moçambique, estimada entre 175 e 200 milhões de Dólares anuais, para fazer face aos efeitos do embargo votado contra a Rodésia do Sul e, assistência material e técnica, na ordem de 36 milhões de Dólares por ano, para projectos de emergência e agrícolas a curto-prazo¹⁹.

Contudo, Moçambique apenas beneficiou-se de um pacote de 102 milhões de Dólares comportando a assistência financeira, material e técnica²⁰. Face a isso, em finais de 1976, verificou-se que os

¹⁸. Júlio Bicá, *Economia e politica em transição: Estudo do caso dos CFM-Sul (1964-1980)*. Dissertação de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, 1996 p.73

¹⁹. CEA cx 48/F United Nations General Assembly Document A/34/377 Thirty-fourth session. Report of the Economic and Social Council: Assistance to Mozambique: Report of the Secretary-General. 16 August 1979 p.19

²⁰. Ibidem:4;12

prejuízos ascendiam a 150-200 milhões de Dólares e volvidos quatro anos do embargo, as perdas eram calculadas em cerca de 556 milhões de Dólares²¹.

Esta decisão, deixou sequelas no percurso histórico de Moçambique e também na imagem política da FRELIMO ao gerar, por um lado, a perda de avultadas somas monetárias e, por outro lado, um clima de instabilidade política em Moçambique.

"A aplicação de sanções por Moçambique contra a Rodésia do Sul foi decisivo para quebrar o regime de Ian Smith. Portanto, se não tivesse havido sanções, o regime de Ian Smith tinha sobrevivido muito mais. Agora é verdade que Moçambique pagou um preço muito elevado e, num processo de lutar contra a Rodésia, Moçambique (a FRELIMO) esgotou-se perdendo determinada força política que tinha"²².

Aliás, numa fase imediata a esta decisão foi criado, pela Organização Central de Inteligência da Rodésia do Sul, um movimento armado, a RENAMO²³, com a missão de desestabilizar a economia de Moçambique, em retaliação às perdas resultantes do embargo. Nesta acção, parece haver uma certa ambiguidade, pois na óptica de Vines esta decisão é

"a revitalização de uma pretensão rodesiana de patrocinar uma força rebelde em Moçambique, decorrente da ofensiva da FRELIMO contra os portugueses na província de Tete, no ano de 1973, frustrada com o golpe de 25 de Abril de 1974, que conduziu à assinatura dos acordos de Lusaka e a subsequente transição do poder em Moçambique"²⁴.

²¹. Bică, *Economia e politica em transição...*pp.74-75

²². Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

²³. Bică, *op.cit*:5

²⁴. Vines, *Renamo: terrorism in Mozambique*. London: Indiana University Press, 1991 p.15

Os princípios de solidariedade política com os movimentos de libertação e de defesa da causa da libertação dos povos, ambos nutridos pela FRELIMO, moldaram em larga escala a postura do governo moçambicano, a nível da sua política externa.

Esta postura, evidenciou-se em 1978 na ajuda que o governo moçambicano presta ao ANC, provindo-o de acampamentos para os seus exilados, consciente de que este movimento preparava uma ofensiva militar de guerrilha contra o regime do Apartheid.

O consentimento pelo governo moçambicano das acções do ANC em território moçambicano, é corolário de um entendimento havido entre autoridades moçambicanas e o ANC, um entendimento referido por Ronnie Kasrils, um dos líderes da inteligência militar do Umkhonto WeSizwe, o braço armado do ANC, nos seus relatos sobre a sua experiência de actividade política pela causa do ANC.

Nestes relatos, há referências de que "Moçambique não podia oferecer ao ANC um apoio legal, tal como fez para a ZANU, devido ao facto de o Estado do Apartheid ser poderoso, tendo se acordado que o ANC devia operar de uma forma secreta"²⁵. De acordo com Mariano Matsinhe:

"Este entendimento, surge devido ao facto de a África do Sul ser um Estado independente e reconhecido pelas Nações Unidas, o que implicava a reformulação do tipo de apoio para esse tipo de luta e, Moçambique não queria aparecer perante o mundo que estava a apoiar uma acção armada dentro da África do Sul. (Entretanto), o processo de infiltração de armamento era feito à revelia do governo moçambicano pese embora as forças especiais moçambicanas estivessem informadas da existência desta acção"²⁶.

²⁵. Kasrils, *'Armed and dangerous'*...p.191

²⁶. Entrevista com Mariano Matsinhe a 12 de Novembro de 1997

Como elucidação, reter o depoimento de Rocky Williams, destacado membro do Umkhonto WeSizwe.

"Durante a luta de libertação, acções de infiltração de armamento, à revelia dos governos dos Estados da região, era uma prática comum do ANC"²⁷.

As pretensões do ANC confirmaram-se quando, em 1979 e princípios de 1980, as autoridades militares sul-africanas descobriram largas quantidades de armamento no Natal, próximo da fronteira com Moçambique²⁸, abrindo-se precedentes para uma tensão nas relações entre Moçambique e a África do Sul.

A reacção de Pretória a estes incidentes circunscreveu-se, neste período, à multiplicação de avisos dirigidos ao governo moçambicano, no sentido de controlar as acções do ANC no seu território²⁹, pois o território moçambicano ia se tornando, de facto, num santuário de guerrilha.

O envio destes avisos também é confirmado por Matsinhe referindo "ter sido obrigado a convidar várias vezes os líderes do ANC para chamá-los atenção sobre o perigo que havia de utilizar o território moçambicano como corredor de infiltração de armas e guerrilheiros para a África do Sul"³⁰.

A contenção da África do Sul perante estes incidentes

²⁷. Entrevista com Rocky Williams a 4 de Dezembro de 1997

²⁸. Thomas M. Callaghy, 'Apartheid and socialism: South Africa's relations with Angola and Mozambique'. in: *South Africa in Southern Africa: the intensifying vortex of violence*. Thomas M. Callaghy (coord) New York: Praeger, 1989 p.313

²⁹. Ibidem

³⁰. Entrevista com Mariano Matsinhe a 12 de Novembro de 1997

resulta do facto de o governo sul-africano estar empenhado, neste período, em administrar a dramática situação política da África do Sul caracterizada pela exacerbação da consciência política negra, com sinais evidentes no levantamento do Soweto, em 1976, e no recrudescimento do movimento grevista³¹.

A par disso, procurava controlar os efeitos da crise económica de 1974, caracterizados pelo agravamento do défice na balança de pagamentos da África do Sul e pelo declínio do preço do Ouro. No plano internacional, a África do Sul vinha tomando precauções, em resposta à adopção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Novembro de 1977, do embargo à livre venda de armas à África do Sul³².

Entretanto, o regime minoritário sul-africano tinha neste período a percepção de que sofria um "assalto total" pelos Estados recém-criados que punha em causa a sobrevivência dos Afrikaners havendo, por conseguinte, a necessidade de criar mecanismos que permitam a colocação de todas as forças hostís ao regime numa posição defensiva.

Em função desta percepção e no âmbito da reformulação da política sul-africana, P.W. Botha decidiu-se pela acomodação, por um lado, do "Total National Strategy" uma política elaborada entre 1973 e 1977 prescrevendo como princípio básico "uma interacção entre a política interna, a política externa e a política de defesa, com vista a solução a longo termo da questão

³¹. O' da Silva, *Afrique Australe...*pp.25-26

³². *Ibidem*

de segurança;

Por outro lado, a política elaborada no "Defense White Paper" em 1977 defendendo que "a resolução de um conflito nos dias de hoje exige uma acção coordenada e interdependente em todos os domínios"³³.

A convocação pela Linha da Frente da Conferência de Arusha, realizada em Julho de 1979, na qual acordou-se a "identificação de mecanismos para o estabelecimento de uma rede regional de transportes e de comunicações independente da rede sul-africana"³⁴, uma pretensão cuja consumação dependia ou pelo menos pressupunha o consentimento do governo moçambicano devido a localização geográfica de Moçambique na região, veio atizar o estabelecimento de uma tensão política nas relações entre Moçambique e a África do Sul.

A resposta sul-africana aos objectivos traçados na Conferência de Arusha veio em finais do mesmo ano quando P.W. Botha convocou para uma reunião, no dia 22 de Novembro de 1979 no Hotel Carlton em Johannesburgo, os principais representantes do capital e do Estado sul-africano, tendo apelado aos participantes no sentido de cooperarem na implementação da estratégia de "fortalecimento das relações económicas entre a África do Sul e os Estados da África Austral"³⁵.

³³. Ibidem:26-27

³⁴. *A constelação de Estados da África austral: uma nova ofensiva estratégica sul-africana na região*. Maputo: Análise, CEA/CEDIMO (2) 27.03.1980 p.10

³⁵. Ibidem:4

A estratégia apresentada por P.W. Botha, conhecida por Constelação de Estados, embora tivesse como objectivo assegurar a sobrevivência do regime de Apartheid perante a nova ordem política da região Austral de África, tinha também em vista obstruir a pretensão da Linha da Frente definida na Conferência de Arusha.

"A confrontação entre Pretória e a Linha da Frente resulta do facto de esta organização ter definido como objectivo prioritário o prosseguimento do processo de descolonização da África Austral, com vista a instauração em toda a região de governos maioritários negros, estando subjacente o uso de meios económicos para a mobilização da opinião pública internacional, no sentido de mediar ou cooperar na erradicação do Apartheid na África do Sul"³⁶.

Contudo, a pretensão da Linha da Frente consumou-se com a criação da SADCC, em Abril de 1980, uma instituição de cooperação regional cujo objectivo central era de "libertar os países membros da sua dependência sobre a África do Sul, superar a fragmentação económica imposta e coordenar esforços com vista a um desenvolvimento económico nacional e regional"³⁷.

Para a África do Sul, a SADCC constituia um perigo tanto a nível político como económico, devido a estrutura económica da região que o beneficiava, ao permitir a manutenção da sua hegemonia económica e política.

Assim sendo, esta instituição tornava-se, para o governo sul-africano, num alvo por abater ao se mostrar como um entrave para a consumação do projecto da Constelação de Estados da região

³⁶. O' da Silva, *Afrique Australe...*p.29

³⁷. Hanlon, *Beggar your neighbours...*p.19

Austral. Aliás, a SADCC apresentava-se como um meio alternativo para os Estados membros cooperarem na prestação de serviços e obtenção de bens, reduzindo a sua dependência em relação à África do Sul e, por conseguinte, a sua hegemonia económica.

A resposta sul-africana à Linha da Frente e à SADCC caracterizou-se pela conjugação de mecanismos que permitem a sobrevivência do regime do Apartheid na África do Sul e o seu reconhecimento pelos Estados da região bem como a manutenção da sua hegemonia económica.

É neste contexto que a SADF torna-se, em 1980, o novo patrono da RENAMO, provindo-a de campos de treino no território sul-africano, apoio logístico e unidades de forças especiais³⁸. Como Grundy concluiu mais tarde,

"A SADF já havia deixado de ser um simples instrumento para a implementação da política, tendo se tornado numa instituição com participação activa na produção de políticas tanto a nível doméstico quanto externo, indo ao extremo de agir na defesa dos interesses económicos da África do Sul"³⁹.

A SADF assumiu a RENAMO como o seu braço armado, com a missão de sabotar as infraestruturas económicas de Moçambique ligadas directamente às pretensões da SADCC e desestabilizar a economia de Moçambique, pois esta instituição constituía uma ameaça aos interesses económicos da África do Sul na região e abria precedentes para a queda do regime do Apartheid.

A mudança da ordem política em Washington, com a vitória de Ronald Reagan nas eleições norte-americanas de Novembro de 1980,

³⁸. Minter, *Apartheid's contras...*p.40

³⁹. Grundy, *The militarization...*p.1

gerou o início de uma nova era nas relações entre os Estados Unidos da América e a África do Sul caracterizada pela cessação das hostilidades fomentadas pela anterior administração e a redifinição do papel da África do Sul na região Austral de África, no contexto da guerra fria.

Esta nova era, legitimada pela política da administração Reagan definida para a região Austral de África, que prescrevia "a cessação do status "pariah" da África do Sul e a sua reincorporação no circuito dos interesses de segurança do ocidente"⁴⁰, veio facilitar o início por Pretória das acções de desestabilização militar contra Moçambique.

Aliás, estas acções iniciaram dez dias depois da investidura de Reagan, em Janeiro de 1981, e do pronunciamento do novo Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig sobre a necessidade de se retaliar o terrorismo internacional violento⁴¹, um indicador que pode ser usado para demonstrar que o governo sul-africano apenas esperava do aval para a adopção da sua política regional de desestabilização.

No caso de Moçambique, são acções de retaliação à decisão do governo moçambicano de abraçar a causa política do ANC e às acções de sabotagem protagonizadas por este movimento às infraestruturas económicas de valor estratégico, como é o caso da SASOL sabotada a 1 de Junho de 1980.

"As autoridades sul-africanas haviam se referido sobre acções de retaliação contra as bases de

⁴⁰. O'Meara, *Forty lost years...*p.272

⁴¹. Minter, *Apartheid's contras...* p.40

guerrilha e rotas de infiltração e, a confirmar esse aviso, a 30 de Janeiro de 1981 comandos sul-africanos destruíram três casas do ANC na Matola, que aliás constitui a primeira acção de travessia aberta da fronteira de Moçambique"⁴².

A resposta de Moçambique a este ataque, caracterizou-se pelo envio de uma carta ao Secretário Geral das Nações Unidas, redigida pelo representante permanente de Moçambique nesta organização, a 2 de Fevereiro de 1981, informando-lhe o sucedido.

A África do Sul confrontada com esta carta, apresentou a 6 de Fevereiro de 1981 um informe sobre o contexto em que a acção teve lugar.

Reolof Botha, numa carta dirigida também ao Secretário Geral das Nações Unidas, fez menção às discussões havidas entre as autoridades de ambos os Estados sobre as actividades do ANC e às cartas enviadas a Moçambique apelando às autoridades moçambicanas para controlarem as acções deste movimento no seu território, pois essas actividades ameaçando a integridade territorial da África do Sul e violando a lei internacional, abriam precedentes para uma tensão política nas relações entre os dois Estados.

Nessa carta, Reolof Botha procura demonstrar ao Secretário Geral das Nações Unidas que o ataque de 30 de Janeiro de 1981 é corolário da intransigência do governo moçambicano em conter as acções do ANC em Moçambique e que o governo sul-africano assume-o como uma acção conduzida contra as forças subversivas e terroristas, sob o argumento seguinte:

⁴². Thomas Karis, 'The resurgent African National Congress: Competing for hearts and minds in South Africa'. in: *South Africa in Southern Africa: the intensifying vortex of violence*. Thomas M. Callaghy (coord) New York: Praeger, 1983 p.207

"a acção da South African Defence Force foi dirigida unicamente para os terroristas do ANC. Foram tomados todos os cuidados possíveis para evitar o contacto com as forças moçambicanas e civís. O ataque a esses terroristas segue-se à obtenção de informações irrefutáveis de que Moçambique era usado como ponte para ataques terroristas contra a África do Sul"⁴³.

Em resumo: O isolamento regional da África do Sul, gerado pelo rompimento do chamado cordão sanitário, impeliu o governo sul-africano a adoptar uma política regional de desestabilização, na tentativa de assegurar a sobrevivência do regime do Apartheid.

A aposta política dos Estados da região, em particular Moçambique, de abraçar a causa política do ANC e a criação da SADCC, vieram atizar a necessidade, na óptica sul-africana, da implementação desta política.

Entretanto, a sua implementação foi facilitada pelo estabelecimento da administração Reagan em substituição da administração Carter, ao trazer consigo a criação de vínculos políticos entre Washington e Pretória.

É que o conceito de "assalto total", desenvolvido pelo governo minoritário sul-africano, que aliás é o escudo de adopção desta política, remonta de finais dos anos 70 e embora já houvesse nesse período sinais de abraço da causa política do ANC pelos Estados da região, em particular Moçambique, o governo sul-africano não pôde implementá-la.

A aplicação pelo governo moçambicano de sanções económicas

⁴³. South African Institute of International Affairs, Library, Document S/14367 Minister of Foreign Affairs to Secretary General, UN, 6.2.1981 tradução pessoal (ver documento original no anexo)

contra a Rodésia do Sul e a concessão do apoio ao ANC, são indicadores de que o conceito de descolonização advogado pela FRELIMO tinha uma dimensão regional, não se limitando portanto às fronteiras de Moçambique, em resposta à hegemonia política e económica sul-africana e à posição do governo sul-africano contrária à acção de forças democráticas no interior da África do Sul.

A solidariedade política com os movimentos de libertação e a defesa da causa de libertação dos povos negros, são princípios legítimos e inserem-se na conjuntura política na região Austral de África ao longo da década 70-80.

Entretanto, a sua encarnação pressupõe a posse de meios de defesa da soberania territorial e uma posição política hegemónica, dada a necessidade de conduzir as forças hostís a esses princípios a uma posição defensiva.

O governo moçambicano, ao se identificar com estes princípios, abriu de facto precedentes para o estabelecimento em Moçambique de um clima de instabilidade política, gerado por uma tensão política a nível das relações com a África do Sul, pois tais princípios chocavam frontalmente com os interesses políticos do país vizinho.

A criação pela inteligência militar rodesiana da RENAMO e o seu resgate pela SADF, são decisões resultantes de certo modo da dimensão atribuída pela FRELIMO ao conceito de descolonização, fenómenos evitáveis ou pelo menos adiáveis através de uma postura política favorável aos interesses políticos e económicos destas forças políticas.

A DINÂMICA ECONÓMICA E DIPLOMÁTICA EM MOÇAMBIQUE 1975-1983

Neste capítulo, procura-se apresentar as circunstâncias que conduziram o partido FRELIMO a adoptar uma filosofia política assente no pragmatismo, sob o argumento seguinte:

O aperto financeiro decorrente do serviço da dívida, o desejo de se filiar às instituições de crédito do ocidente e a eclosão da seca na região Austral de África, com reflexos em Moçambique, deram uma maior dinâmica à necessidade de se embarcar para um processo de cedências políticas em relação às exigências do ocidente e a uma resposta positiva ao imperativo de se dirigir a uma mesa negocial com a África do Sul.

A par disso, a revitalização das relações entre Moçambique e os Estados Unidos da América, que experimentavam uma crise devido a expulsão, pelo governo moçambicano, de seis diplomatas norte-americanos, sob a acusação de serem agentes da CIA e de terem cooperado com as autoridades sul-africanas na preparação do ataque de 30 de Janeiro de 1981.

Era uma revitalização imperiosa, pois Moçambique pretendia reduzir o constrangimento criado pela decisão governamental, cujos reflexos traduziam-se na colocação de Moçambique na lista negra e no fomento de "lobbies" para a não cooperação da comunidade internacional na minimização dos efeitos da seca que fustigava a região Austral de África.

A FRELIMO tendo logrado conquistar a independência, em Junho de 1975, não definiu numa fase imediata um processo coerente de intervenção na economia nacional debilitada pelo regime colonial.

"O padrão dos pontos de vista é de que estas intervenções eram largamente involuntárias, o resultado dos eventos transcendia o controle do governo. Sem dúvidas, na confusão dos tempos, o governo estava basicamente reagindo em relação aos eventos do que embarcando para uma tentativa planeada e coordenada para a transformação da sociedade"⁴⁴.

É na esteira do princípio de reacção em relação aos eventos que a FRELIMO, em resposta ao abandono pela comunidade branca estabelecida em Moçambique de um conjunto de infraestruturas, avança com o processo de nacionalização.

A par disso, em resposta ao apelo das Nações Unidas, que tinha em vista a eliminação do regime colonial de Ian Smith, decide-se pela aplicação de sanções económicas contra a Rodésia do Sul.

Entretanto, pelo facto de a FRELIMO se mostrar interessada em maximizar as vantagens do sector de serviços da economia moçambicana, procurou pautar por um pragmatismo no que concerne às relações com a África do Sul, mantendo e encorajando o uso, pelo seu parceiro económico, das linhas férreas e do porto de Maputo, na expectativa de as importações e as exportações do hinterland sul-africano poderem propiciar Moçambique em moeda convertível.

Só que, contrariamente ao que se esperava, Moçambique não pôde colher dividendos tendo apenas criado um precedente: o uso

⁴⁴. Cravinho, *Modernizing Mozambique...* pp.146-147

pela África do Sul dos vínculos económicos entre ambos os países para o desestabilizar.

Os sinais evidentes dessa desestabilização residem na redução do número de trabalhadores moçambicanos no sector mineiro de 120.000 para 40.000, no período entre 1975 e 1978, bem como na redução do volume diário de mercadorias sul-africanas em trânsito no porto de Maputo de 25.000 toneladas p/dia para 18.000, no período entre 1975 e 1976⁴⁵.

Estas medidas, parecem ter relação com a entrada em funcionamento do porto de Richards Bay, que começou a operar em Abril de 1976, e a afluência de trabalhadores sul-africanos ao sector mineiro, movidos pela subida substancial dos salários e a melhoria das condições de trabalho, num período em que vivia-se uma recessão económica internacional.

"(Na África do Sul), as políticas de mão-de-obra barata do passado já não eram conducentes ao crescimento, pois o que em tempos recuados foi a componente central do crescimento económico, a abundância de fontes de mão-de-obra barata e não especializada, tornou-se num factor constrangedor"⁴⁶.

Face a esta desestabilização e a partir de 1979, começa haver indícios de Moçambique poder se mergulhar numa crise de falta de moeda convertível ou pelo menos de escassez de fontes para o sustento dos seus projectos de desenvolvimento económico.

O elemento novo nesta questão é a decisão do FMI, em Abril *cause*

⁴⁵. Callaghy, *Apartheid and socialism* ...p.304

⁴⁶. O'Meara, *Forty lost years*...p.178

de 1978, de se abandonar o preço fixo do Ouro⁴⁷, retirando a Moçambique uma considerável margem de lucros provenientes da venda do Ouro canalizado pelo sector mineiro sul-africano, à luz da "cláusula-ouro"⁴⁸, ratificada em 1964 com o governo sul-africano.

A par disso, a inexperiência de administração começa a refletir-se no agravamento do défice na balança de pagamentos de Moçambique, um fenómeno que resultava da redução do volume dos invisíveis canalizados pelos parceiros económicos da região, a África do Sul e a Rodésia do Sul.

"O aperto financeiro começou em 1979. Os lucros do Ouro haviam esgotado, a indústria ia decaindo requerendo mais matérias-primas importadas...Numa primeira fase, Moçambique controlou a situação através de créditos bancários a médio-prazo e por meio de ajudas externas"⁴⁹.

Era pouco provável que a FRELIMO, neste período, tomasse em consideração a sua inexperiência de administração e dos indícios de uma crise económica, pois tinha pela frente indicadores económicos que o confortavam, estando também subjacente um certo optimismo em relação a aquisição no exterior de fundos em moeda convertível, sobretudo do bloco leste, dado o compromisso com a

⁴⁷. G.M.E. Leistner, 'South Africa and Mozambique: prospects for peaceful coexistence'. in: *Africa Insight* vol.19 n°1 p.9

⁴⁸. O montante do salário diferido era trocado em Ouro a um câmbio fixo R=Ouro que nunca se alterou, apesar das várias alterações sofridas no mercado internacional. Esse Ouro era depois vendido pela África do Sul no mercado internacional e o seu valor posteriormente entregue a Portugal.

⁴⁹. 'Mozambique: the road to Nkomati:destabilization, rebellion, drought, famine and economic collapse'. in: *Africa Contemporary Record* 1983/84 p.B675

linha socialista de desenvolvimento económico que, desde 1977, passou a ser uma das suas opções políticas.

"Entre 1977 e 1981 houve sinais de o governo estar a controlar a queda verificada na economia moçambicana nos dois anos imediatos à independência: a economia cresceu em 12% durante estes quatro anos. A produção de cereais para a comercialização teve um incremento de 2.5% entre 1977 e 1981 em termos de volume e 4.3% em termos de valor durante o mesmo período. A indústria e a actividade piscatória, que representava cerca de um terço do GSP, como agricultura, cresceu numa ordem de 20%. As exportações cresceram de 153 milhões de Dólares, em 1977, para 280 milhões de Dólares, em 1981"⁵⁰.

Estes indicadores, conduziram a FRELIMO a definir um programa de desenvolvimento económico de dez anos, que devia ser cumprido entre 1981 e 1990. No entanto, estando Moçambique a braços com a falta de fontes de captação de fundos em moeda convertível, este programa pressupunha a filiação de Moçambique a uma instituição de crédito.

Neste processo de identificação de instituições que poderiam dar apoio económico e financeiro a Moçambique, o CAME foi apontado como a alternativa sensata para o efeito, pois Moçambique assumia-se como um país socialista tanto mais que:

"Moçambique já havia sido admitido no CAME mas, com o estatuto de observador, uma admissão assumida como uma maneira de este país poder participar nos trabalhos desta organização e, devido a sua opção ideológica, o CAME era de facto a única instituição que Moçambique poderia recorrer para ver resolvida a situação económica do país, pois Moçambique assumia o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como instituições de domínio e não de ajuda"⁵¹.

⁵⁰. Cravinho, *Modernizing Mozambique...* p.148

⁵¹. Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

Na tentativa de se acomodar este pressuposto, houve um debate no seio da FRELIMO. Segundo Cravinho, neste debate haviam posições divergentes, pois para alguns a filiação ao CAME constituía uma contradição com a postura política de Moçambique. Contudo, houve lugar para a posição dos membros que se identificavam com a filiação.

"O argumento era de que a FRELIMO não tinha escolha, pois querendo seguir uma linha socialista de desenvolvimento, tinha que reduzir a sua dependência sobre os governos vizinhos capitalistas e seus parceiros económicos, conduzindo o peso das suas relações para os países com uma economia planificada"⁵².

O passo subsequente, foi a apresentação por Marcelino dos Santos, em Moscovo no ano de 1981, do pedido formal para a filiação de Moçambique ao CAME, com o estatuto de membro de pleno direito.

"De entre os países socialistas, haviam alguns países que eram de opinião de que Moçambique devia aderir que eram a RDA, a Bulgária e eventualmente Cuba"⁵³.

Há referências segundo as quais estes países votaram a favor do pedido de Moçambique impelidos pelo interesse de assegurar a continuação das relações comerciais estabelecidas com Moçambique, que eram um meio de contenção da moeda convertível disponível nos seus cofres e também de equilíbrio do défice da sua balança de pagamentos com os países industrializados⁵⁴.

⁵². Cravinho, *Modernizing Mozambique*...p.159

⁵³. Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

⁵⁴. Wolfgang Schoeller, *Determinants of economic cooperation between CMEA countries and underdevelopment countries demonstrated on the case of Mozambique*. International Conference

"Não custava nada a estes países votarem a favor da filiação de Moçambique ao CAME, pois não eram eles que iam pagar a factura da ajuda económica que Moçambique precisava"⁵⁵.

Aliás, o argumento apresentado por estes países foi de que a URSS tinha uma responsabilidade histórica de apoiar os novos países comunistas⁵⁶.

Contudo, houve lugar para o veto da URSS repugnando a filiação de Moçambique ao CAME, sob o argumento de que vinha subsidiando de forma massiva Cuba e o Vietname não estando, por conseguinte, em altura de estender os subsídios para este país⁵⁷.

"A posição da URSS é extritamente económica e a razão fundamental que lhe levou a tomar esta posição é de que Moçambique não estava em condições para aderir, pois não tinha uma economia que pudesse se compatibilizar com as normas que eram exigidas por esta instituição e, de facto, não havia nenhuma vontade política de se aumentar os encargos, pois só Cuba recebia da URSS cerca de 3 biliões de Dólares por ano"⁵⁸.

A rejeição do pedido veio a criar uma incerteza no futuro do projecto de desenvolvimento económico de Moçambique abrindo precedentes para a necessidade de se repensar, por um lado, a estratégia a ser adoptada com vista o desenvolvimento económico

of law and economy in África (ICCLLEA) 15th to 20th February 1982, Ile-Ife: Nigeria pp.10-11

⁵⁵. Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

⁵⁶. Joseph Hanlon, Mozambique: the revolution under fire... pp.234-235

⁵⁷. Cravinho, *Modernizing Mozambique*...p.160

⁵⁸. Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

de Moçambique e, por outro lado, as suas apostas políticas.

Até então, a FRELIMO encontrava-se envolvido num profundo optimismo, decorrente dos indicadores económicos do período 1977-1981, a natureza dos "termos de troca", que aliás eram favoráveis, a possível canalização de fundos pela URSS à luz das relações firmadas, subsídios que na sua percepção constituíam a esperança de êxito do seu projecto político.

Esta esperança, era também alimentada pela posição da Grã-Bretanha em relação à colónia da Rodésia do Sul, numa altura em que as autoridades moçambicanas davam sinais de uma relativa impaciência para com a ZANU-FP.

"Margaret Thatcher, poucos dias antes do início da cimeira da Commonwealth em Lusaka, a 1 de Agosto de 1979, disse ao Parlamento que o governo britânico estava comprometido com a implantação na Rodésia de uma administração negra majoritária e genuína"⁵⁹.

O fulcro da questão nesta impaciência era o compromisso da FRELIMO com a causa da Frente Patriótica que ia lhe custando perdas monetárias avultadas e graves encargos financeiros, fardos que o impeliram a uma certa agressividade durante as movimentações diplomáticas rumo a independência do Zimbabwe, em particular contra a ZANU-FP, no sentido de responder positivamente às pretensões britânicas.

Destas negociações, a expectativa da FRELIMO era o alcance pelo Zimbabwe da sua independência e o desaparecimento da RENAMO, o que a acontecer relacionavam-se as esperanças do desenvolvimento

⁵⁹. David Martin & Phyllis Johnson, *The struggle for Zimbabwe: the chimurenga war*. London/Boston: Faber and Faber, 1981 p.312

económico de Moçambique.

"A assinatura dos acordos de Lancaster House, em 1979, aceleraram o optimismo de Maputo, pois via nesse acordo a eliminação de uma das maiores barreiras do desenvolvimento económico de Moçambique"⁶⁰.

A esperança da FRELIMO começa a deteriorar-se a partir de 1981 quando, por um lado, os efeitos da crise do Petróleo, que eclodiu em 1979, começam a refletirem-se com a subida dos preços no mercado mundial em 1980/81 e a consequente baixa na conjuntura internacional provocando o agravamento dos "termos de troca" para Moçambique.

Por outro lado, o agravamento das acções militares da RENAMO que, em contraste com a expectativa da FRELIMO de que a independência do Zimbabwe significava o fim deste movimento, havia sido resgatada pela SADF provindo-a de apoio logístico e campos de treino.

"Em 1981, a actividade militar da RENAMO expandiu-se de forma considerável actuando na região norte da província de Inhambane e a parte ocidental da província de Gaza; prosseguindo com ataques as províncias da Zambézia, Tete e Niassa e, controlando vastas regiões das províncias de Manica e Sofala"⁶¹.

A partir de 1982, começa haver em Moçambique sinais de um relativo distanciamento, pelas autoridades moçambicanas, da economia planificada, por esta ser bastante onerosa e não se compatibilizar com o estágio de desenvolvimento económico de Moçambique, criando maior espaço para uma economia liberal.

"Trata-se de uma decisão tomada em 1982 pelo

⁶⁰. Cravinho, *Modernizing Mozambique*...p.157

⁶¹. Minter, *Apartheid's contras*...pp.40-41

presidente Samora Machel e alguns membros na altura também dirigentes da FRELIMO e outros a nível médio que era preciso avançar-se com este processo porque Moçambique estava a ficar demasiado isolado no processo de relacionamento económico e queria integrar-se mais numa economia mais aberta menos centralizada. Portanto, iniciar uma abertura da economia moçambicana pelo mundo de uma forma mais aberta para o ocidente em particular"⁶².

A necessidade de se liberalizar a economia já havia sido apresentada no ano anterior pela administração Reagan que, em contraposição ao discurso da segunda metade dos anos 70 de se criar uma nova ordem económica internacional nos países do terceiro mundo, tendo em vista um rápido desenvolvimento desses países, deixou claro que os países do terceiro mundo deveriam procurar soluções para o seu desenvolvimento na liberalização das forças de mercado, isto é, o incremento pelo Estado de um processo rumo a uma economia de mercado⁶³.

Entretanto, a liberalização da economia moçambicana, tal como se verificou aquando do programa de desenvolvimento económico, pressupunha a filiação de Moçambique a uma instituição credora dada a necessidade de se assegurar o sustento do processo em si, impondo ao governo moçambicano a pesquisa de instituições para o efeito.

Porque Moçambique já havia requerido sem êxito, junto do bloco leste, a ajuda económico-financeira, não tinha escolha senão projectar a sua filiação numa instituição credora do ocidente, uma hipótese que tinha contudo um entrave:

⁶². Entrevista com Jacinto Veloso a 7 de Novembro de 1997

⁶³. Abrahamsson & Nilsson, Mozambique...pp.39;97

"Moçambique recebia sistematicamente apoio dos países socialistas para a guerra que estava envolvida...e isso levava-o as vezes a querer avançar economicamente para um caminho e que por razões militares não podia avançar mais depressa porque estava dependente do apoio dos países socialistas para a área militar"⁶⁴.

Confrontado com esta situação, a FRELIMO viu-se na contigência de rever a sua postura política em relação à África do Sul e as suas simpatias políticas com o bloco leste, mas também uma acção diplomática junto dos governos ocidentais, na tentativa de persuadi-los a reverem a sua posição em relação a Moçambique.

Neste período, era imperioso para o governo moçambicano a intervenção dos credores ocidentais em Moçambique, pois para além do desejo de se liberalizar a economia, Moçambique sofria um aperto financeiro devido ao serviço da dívida que, segundo Macheve⁶⁵, "o seu índice havia atingido os 97%, refletindo a necessidade de acordos com os credores para o reescalamento da dívida".

Perante esta situação, a alternativa política para o governo moçambicano era a pesquisa de meios que permitam a negociação com a África do Sul de uma plataforma de entendimento, no sentido de se reduzir a dependência de Moçambique dos países socialistas em termos de ajuda militar. De facto, estando numa situação de desgaste, devido ao aperto financeiro, não lhe sobrava algo para

⁶⁴. Entrevista com Abdul Magid Osman a 3 de Novembro de 1997

⁶⁵. António Macheve, *A dinâmica das relações Moçambique-Reino Unido de 1975 a 1989. aspectos políticos, económicos, perspectivas*. Tese de licenciatura, ISRI, 1991 p.43

além de passar para uma fase de concessões políticas.

"O governo moçambicano foi mesmo obrigado a fazer algumas concessões às exigências do ocidente. Teve que aceitar a "cláusula Berlim", a introdução paulatina de aspectos da economia de mercado e, até certo ponto, a corresponder à necessidade de assinar um acordo de coexistência com a África do Sul"⁶⁶.

A partir de 1982, Moçambique começa a ressentir-se dos efeitos da seca que fustigava a região Austral de África, um fenómeno que exigia a intervenção da comunidade internacional em termos de ajuda humanitária.

Para o governo moçambicano, a intervenção da comunidade internacional tinha um preço: a revitalização das relações entre Moçambique e os Estados Unidos da América que experimentavam uma tensão devido a

"expulsão pelo governo moçambicano de seis diplomatas norte-americanos acusando-os de pertencerem à CIA e terem colaborado com as autoridades sul-africanas na preparação do ataque de 30 de Janeiro de 1981 aos acampamentos dos quadros do ANC na Matola"⁶⁷.

Na revitalização das relações entre estes dois países, o fulcro da questão eram os "lobbies" feitos pela administração Reagan, no sentido de Moçambique não se beneficiar, junto da comunidade internacional, de assistência humanitária e,

"durante os anos de 1982-3 havia um debate no Congresso (norte-americano) sobre a aprovação de uma nova legislação no sentido de colocar Moçambique na categoria do chamado "hit list", que comporta países proscritos de assistência para o desenvolvimento sob

⁶⁶. Ibidem:44

⁶⁷. Lee Cokorinos & James H. Mittelman, 'Reagan and the pax afrikaana'. in: *Journal of Modern African Studies* vol.23 n°4 p.569

quaisquer condições"⁶⁸.

É neste contexto que na 10ª sessão do Comité Central do partido FRELIMO, reunida em Agosto de 1982, decidiu-se o "lançamento de uma ofensiva diplomática no ocidente para quebrar o isolamento de Moçambique face aos governos ocidentais"⁶⁹, com sinais evidentes no encontro entre Joaquim Chissano e George Shultz, em Outubro de 1982, em que a parte moçambicana apresentou o desejo de ver afastado o constrangimento criado pela sua decisão.

Porque a administração Reagan queria ter certeza desta vontade política de Maputo, enviou a Moçambique em Janeiro de 1983 congressistas norte-americanos e uma delegação de alto nível liderada por Chester Crocker, Subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, com a missão de auscultar este "new thinking" do governo moçambicano.

"O relatório dos congressistas referia que Moçambique estava activamente procurando uma aproximação dos Estados Unidos da América e por conseguinte ambos os países começaram uma rápida reaproximação"⁷⁰.

Os sinais evidentes da reaproximação residem na nomeação pelo governo moçambicano de Valeriano Ferrão como o primeiro embaixador moçambicano nos Estados Unidos da América, o primeiro diplomata permanente em Washington, a partir de finais de Novembro de 1983. Ferrão, em entrevista à agência "Noticias de

⁶⁸. Ibidem

⁶⁹. *Notícias*, 5.3.1984

⁷⁰. Cheatham, *Constructive engagement...*p.70

Portugal" citada pelo jornal *Notícias* disse:

"Estamos felizes por hoje, nos ser possível a abertura desta embaixada. Entre o governo dos Estados Unidos da América e Moçambique estabeleceu-se o que nós podemos chamar de um diálogo franco e aberto, em que expusemos os nossos pontos de vista, particularmente no que respeita às nossas relações bilaterais. Tanto de um lado como do outro tinham-se criado preconceitos que foram esclarecidos e vencidos nesse diálogo"⁷¹.

Em resumo: A FRELIMO, no período imediato à independência de Moçambique, mostrou-se apostada em responder à crise do sistema de produção colonial através de mudanças estruturais no sistema em si.

Nesta aposta, a FRELIMO tinha como objectivo transformar Moçambique num país importador de matérias-primas, com vista a dotar a sua indústria de capacidade de produção.

Favorecido pelos indicadores económicos do período entre 1977 e 1981, em conjugação com a natureza dos "termos de troca" durante a segunda metade dos anos 70, estando subjacente a euforia vivida no seio do partido resultante das decisões do terceiro Congresso, a FRELIMO não pôde reconhecer que a sua aposta conduzia a economia moçambicana para uma nova crise: a crise de falta de fundos para a administração da economia.

A decisão de se liberalizar a economia moçambicana e superar o aperto financeiro, num período em que assistia-se ao agravamento dos "termos de troca" e a manutenção das acções militares da RENAMO, para além da rejeição do pedido de Moçambique se filiar ao CAME, impeliu a FRELIMO a adoptar uma

⁷¹. *Notícias*, 18.11.1983

filosofia política assente no pragmatismo em substituição da tendência de se priorizar a ideologia, com vista a criar um espaço favorável para a nova ordem económica.

A necessidade de créditos junto das instituições credoras do ocidente, com vista o alívio do aperto financeiro e a garantia de sustentabilidade do projecto de liberalização da economia, exigiu também da FRELIMO a redução da dependência de Moçambique em relação ao bloco leste em termos de ajuda militar, pois esta dependência constituía um entrave para a aquisição desses créditos.

A redução desta dependência passava necessariamente pela negociação de uma plataforma de entendimento com a África do Sul para a cessação do conflito armado.

A resposta dada pelo governo moçambicano foi a submissão às exigências do ocidente, através de concessões políticas e particularmente uma maior aproximação dos Estados Unidos da América, com vista a redução do constrangimento criado pela expulsão dos seis diplomatas norte-americanos.

A revitalização das relações com os Estados Unidos da América permitia a redução do constrangimento da decisão governamental e assegurava a minimização dos efeitos da seca que fustigava a região Austral de África. Mas também, uma componente necessária para a diplomacia moçambicana, pois devido a falta de meios suficientes para persuadir o governo sul-africano a dirigir-se para uma mesa negocial e a existência de vínculos políticos entre Washington e Pretória, tornava-se imperioso a intervenção da administração Reagan nos seus esforços.

RUMO AO ACORDO DE NKOMATI 1981-1984

Neste capítulo, procura-se apresentar os imperativos políticos, económicos e diplomáticos que conduziram tanto o governo moçambicano a empreender uma ofensiva diplomática, com vista o restabelecimento da paz em Moçambique e a coexistência pacífica entre os Estados da região, culminando numa primeira fase com a assinatura do acordo de Nkomati, como os que conduziram o governo sul-africano a consentir esta pretensão.

O argumento é o seguinte: o governo moçambicano procurava um instrumento diplomático que pudesse usar contra o governo sul-africano, no sentido deste cooperar de forma activa no processo de restabelecimento da paz e a coexistência pacífica entre os Estados da região. O governo sul-africano procurava um instrumento similar com o objectivo de usá-lo no resgate da credibilidade política do regime do Apartheid e reduzir os indícios de isolamento internacional da África do Sul.

¶ A ofensiva moçambicana teve lugar num período em que perduravam os vínculos políticos entre Washington e Pretória, criados pela administração Reagan. Face a isso, o governo moçambicano privilegiou o prosseguimento do processo de persuasão dos Estados Unidos da América a cooperarem nos seus esforços, através de pressões contra o governo sul-africano.

Os esforços do governo moçambicano com vista o restabelecimento da paz em Moçambique remontam de 1981 quando Moçambique, em simultâneo, confrontava-se com as situações seguintes:

- A implementação da política norte-americana definida para a região Austral de Africa com reflexos na acção sul-africana de desestabilização;

- O estabelecimento de um clima de tensão política nas relações entre Moçambique e os Estados Unidos da América, devido a decisão do governo moçambicano de expulsar diplomatas norte-americanos;

- A intensificação das acções militares da RENAMO em conformidade com a eclosão da seca na região Austral de África.

Mesmo antes das mudanças no seio da administração Reagan, o governo moçambicano já vinha procurando meios com vista a cooperação dos Estados Unidos da América nos seus esforços para o restabelecimento da paz em Moçambique e uma coexistência pacífica entre os Estados da região.

O primeiro sinal desses esforços foi o encontro, em 1981, entre o presidente Samora Machel e Wayne Smith, funcionário norte-americano, provavelmente em Maputo, em que Samora Machel questionou-lhe "como é que as relações bilaterais com os Estados Unidos da América poderiam evoluir"⁷².

Os vínculos criados entre Washington e Pretória com a eleição de Reagan em Novembro de 1980 e a posição de Alexander

⁷². Cheatham, *Constructive engagement...*p.70

Haig, o Secretário de Estado norte-americano, em relação ao chamado terrorismo internacional, criaram condições para que, no período entre 1981 e 1983, as relações entre Washington e algumas capitais da Europa ocidental experimentassem uma tensão.

O fulcro da questão residia na política definida pela administração Reagan para a região Austral de África, referida no capítulo anterior, que não se compatibilizava com os interesses económicos de vários países da Europa ocidental com particular destaque para os países nórdicos, nesta região.

"A Comunidade Europeia, o secretariado da Commonwealth e os países nórdicos, que aliás apoiavam os esforços da SADCC, aperceberam-se que os seus projectos de ajuda e as oportunidades económicas estavam sendo ameaçadas pelas campanhas sul-africanas de desestabilização"⁷³.

No entanto, começaram mudanças em Washington, em Abril de 1982, com a inclusão de Frank Wisner no secretariado de Estado norte-americano para os assuntos africanos;

Em seguida, a substituição de Alexander Haig, o Secretário de Estado norte-americano, por George Shultz, em Junho do mesmo ano e, a substituição de Clark, Conselheiro Nacional de segurança, por Robert McFarlane, em Outubro de 1983⁷⁴.

Estas mudanças, criaram na administração Reagan um espaço de diálogo sobre a questão da região Austral de África, tendo sido de imediato exploradas pelo governo moçambicano procurando

⁷³. William Minter, 'Destructive engagement: The United States & South Africa in the Reagan Era'. in: *Destructive engagement: Southern Africa at War*. Phyllis Johnson & David Martin (coord) Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986 p.302

⁷⁴. Ibidem:301

a cooperação dos Estados Unidos nos esforços de restabelecimento da paz em Moçambique através de pressões contra o governo sul-africano.

Os sinais evidentes residem no encontro em Outubro de 1982 entre Joaquim Chissano, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, e George Shultz, Secretário de Estado norte-americano. A posição expressa por Chissano neste encontro foi a seguinte:

"As relações poderiam evoluir imediatamente se, ao invés de se mantêr no silêncio, os Estados Unidos da América condenassem a agressão sul-africana"⁷⁵.

A partir de 1983, começa de facto um envolvimento dos Estados Unidos da América nos esforços de paz do governo moçambicano, com sinais evidentes na visita de Chester Crocker, o Subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, à região Austral de Africa.

Por outro lado, iniciaram pressões de Ronald Reagan contra o governo sul-africano, com vista a acomodar a vontade política de Maputo, estando subjacente o desejo de resgatar o prestígio diplomático da sua administração.

"Um dos factores que contribuíram para que a África do Sul cooperasse nos esforços de Moçambique com vista uma plataforma de entendimento com o país vizinho foram as pressões exercidas pelo presidente Ronald Reagan contra o governo de Pretória que depois do fracasso da intervenção no Libano necessitava de um êxito diplomático, mesmo parcial, para tentar ganhar os votos do eleitorado negro norte-americano"⁷⁶.

⁷⁵. Cheatham, Constructive engagement...p.69

⁷⁶. Carlos Castilho, 'África do Sul: recuo do Apartheid'. *Tempo* n°713 10.6.1984 p.34

Para além das pressões de Washington, o governo sul-africano também sofria pressões de alguns diplomatas do ocidente que tentavam persuadi-lo a acreditar que havia mais vantagens em estabelecer uma dominação económica sobre Moçambique do que manter-se na linha de desestabilização⁷⁷, defendendo por conseguinte a necessidade de uma acção política.

A nível interno, a acção de desestabilização económica movida contra Moçambique havia provocado a subida dos custos de exportação das mercadorias, particularmente os produtos escoados através do porto de Richards Bay em vez de Maputo. Desde 1982, homens de negócios (provavelmente produtores de citrinos do Transvaal) pressionaram P.W. Botha no sentido de criar meios com vista a assinatura de um acordo com Moçambique⁷⁸.

factores
interiores
R 54

Estas pressões, conduziram o governo sul-africano a crer que caminhava-se rumo a um isolamento da África do Sul caso não abraçasse a causa da paz do governo moçambicano. Para além disso, a África do Sul começou a ressentir dos efeitos de uma crise financeira, cuja superação pressupunha a intervenção de instituições credoras e dependia em larga medida do aval dos governos ocidentais.

A título de exemplo, o empréstimo de 1.2 biliões de Dólares requerido pela Africa do Sul ao FMI, em 1982, foi conseguido graças à intervenção norte-americana contrariando a contestação da Assembleia Geral das Nações Unidas junto desta instituição.

⁷⁷. Hanlon, *Mozambique: revolution under fire...*p.256

⁷⁸. Cheatham, *Constructive engagement...* p.62

É neste contexto que o governo sul-africano decidiu-se pelo alargamento da sua política de relações públicas, referida por Grundy⁷⁹, que preconiza a negociação de pactos de não-agressão com territórios e países vizinhos, tendo sido concebida para legitimar a sua hegemonia regional e facilitar o isolamento dos opositores do regime do Apartheid.

A decisão do governo sul-africano veio dinamizar os esforços diplomáticos do governo moçambicano com vista a negociação de uma plataforma política de entendimento com o Estado vizinho.

A busca de soluções pacíficas, a partir de contactos directos com a África do Sul, era uma possibilidade realizável e já vinha tendo lugar, favorecido pela manutenção dos vínculos entre os dois países, apesar da tensão política a nível das relações. Segundo Mariano Matsinhe,

"Já em termos de contactos civís, Moçambique emitia sinais... porque nunca cortamos completamente relações com a África do Sul, nós tínhamos portanto relações no âmbito laboral, institucionalizadas pelo Ministério do Trabalho, havia a Câmara das Minas e nós tínhamos uma representação na África do Sul que se manteve durante todo este tempo de conflito e era um canal de comunicação e, por outro lado, tínhamos relações a nível dos caminhos-de-ferro e também era um canal de emissão de comunicação"⁸⁰.

Para efeitos de um processo negocial em si, o elemento usado foi a Comissão Mista de Segurança Moçambique-Africa do Sul, criada em 1974, à luz do entendimento entre a Linha da Frente e o Estado sul-africano.

Desde 1975, esta comissão realizava encontros regulares na

⁷⁹. Grundy, *The militarization...*p.83

⁸⁰. Entrevista com Mariano Matsinhe a 28 de Janeiro de 1998

Swazilândia e em Maputo, sob a liderança de Sérgio Vieira, na altura Director do gabinete da presidência da República e, Brandt Fourie, Director dos Negócios Estrangeiros⁸¹, com vista a abordagem das relações entre ambos os Estados, com particular incidência para a questão da segurança⁸².

"Houve vários contactos que situavam-se mais na questão de segurança mútua entre Moçambique e a África do Sul que evoluíram para contactos mais a esfera política"⁸³.

Foi no âmbito destes encontros que teve lugar a ronda informal de 17 de Dezembro de 1982, em Komatipoort, em que a delegação moçambicana era chefiada por Jacinto Veloso e a sul-africana por Reolof Botha, sem resultados palpáveis.

"Era quase impossível haver sucessos num primeiro encontro, que aliás era um encontro de apresentação de ideias e de um projecto do futuro, e ninguém podia decidir naquela altura por se tratar de uma primeira aproximação. A par disso, era um encontro muito complexo que tinha mais votos contra do que a favor tanto na África do Sul como em Moçambique e nos amigos e vizinhos de Moçambique"⁸⁴.

Neste encontro, as duas partes já levavam consigo pressupostos básicos para a assinatura de um acordo, ainda que sob forma de imposições.

A posição do governo moçambicano era de:

"Colocar-se como pressuposto básico para o relacionamento com a África do Sul a necessidade de se estabelecer uma plataforma de entendimento na área da

⁸¹. Notícias, 5.3.1984

⁸². Entrevista com Sérgio Vieira a 29 de Outubro de 1997

⁸³. Entrevista com Mariano Matsinhe a 28 de Janeiro de 1998

⁸⁴. Entrevista com Jacinto Veloso a 7 de Novembro de 1997

segurança, realçando não ser possível qualquer acordo sem se apurarem as responsabilidades da desestabilização em Moçambique"⁸⁵.

Para o governo sul-africano, o entendimento pressupunha:

"Um maior envolvimento económico em Moçambique, a neutralização do ANC no território moçambicano e a assinatura de um pacto formal de não-agressão"⁸⁶.

No prosseguimento destas rondas informais, delegações moçambicanas e sul-africanas voltaram a encontrar-se a 5 de Maio de 1983, em Komatipoort, uma ronda que envolveu Jacinto Veloso e Reolof Botha.

"Foi um encontro em que fui (Jacinto Veloso) como emissário do presidente Samora para ter uma garantia de que realmente a fazer-se um acordo daquele tipo o que era preciso fazer e a fazer-se que eles (os sul-africanos) iam respeitar"⁸⁷.

Depois desta ronda, houve um interregno de cerca de seis meses. O interregno em questão, surgiu devido a complexidade das questões apresentadas por ambas as delegações no encontro de Komatipoort a 17 de Dezembro de 1982, pois requeriam às partes envolvidas análises minuciosas.

"Normalmente, os interregnos se realizam quando chega uma espécie de impasse, quer dizer, elementos que aparecem muitas vezes como sem soluções naquele momento, mas não quer dizer que neste interregno não tenham havido contactos, naturalmente houve contactos, talvez vários contactos até amadurecer as questões e

⁸⁵. CEA cx 55/E [Discurso explicando o significado do acordo de Nkomati]. (comunicação apresentada pelo presidente Samora Machel em Março de 1984 por ocasião da assinatura do acordo de Nkomati). pp.18-19.

⁸⁶. Hanlon, Mozambique: revolution under fire...p.255

⁸⁷. Entrevista com Jacinto Veloso a 7 de Novembro de 1997

justificar uma reunião a formalizar, digamos, a ultrapassagem das dificuldades existentes"⁸⁸.

Em Outubro de 1983, o governo sul-africano decidiu-se pela reactivação do processo negocial, expondo tal desejo através de uma comunicação enviada ao presidente Samora Machel, na altura em visita à Europa ocidental.

"Recebemos uma comunicação de que os sul-africanos estavam prontos a retomar a discussão e propunham Swazilândia (para local do encontro) e o presidente Samora disse-me: "é preciso ir lá conversar e ver o quê que há e tentar retomar as negociações"⁸⁹.

A motivação do governo moçambicano para este processo era a esperança de que o governo sul-africano podia de facto contribuir na rápida cessação das hostilidades protagonizadas pela RENAMO.

"O governo moçambicano tinha a esperança de Pretória cumprir com as obrigações do acordo no que concerne a cessação do apoio logístico à RENAMO, o que permitiria o rápido declínio da actividade dos rebeldes. E, no caso do não cumprimento, o acordo expunha-o como um agressor regional"⁹⁰.

Do lado sul-africano, a motivação era a crença no resgate da credibilidade política do regime do Apartheid e a redução dos indícios de isolamento internacional. Mas acima de tudo, o retorno do capital estrangeiro, o que a acontecer facilitaria a busca de soluções para a crise financeira em que a África do Sul encontrava-se mergulhada.

⁸⁸. Entrevista com Mariano Matsinhe a 28 de Janeiro de 1998

⁸⁹. Entrevista com Jacinto Veloso a 7 de Novembro de 1997

⁹⁰. Robert Davies, 'South African strategy towards Mozambique since Nkomati'. in: *Transformation* 3 (1987) p.8

"Esperava-se que o acordo poderia trazer, por duas vias, capital à África do Sul: a projecção internacional da sua imagem, o que iria gerar novos empréstimos e investimentos; a renovação do papel de Johannesburgo como centro financeiro regional e daí a canalização dos valores monetários a serem usados nos Estados vizinhos"⁹¹.

O PROCESSO NEGOCIAL

As negociações oficiais entre as autoridades moçambicanas e sul-africanas iniciaram a 20 de Dezembro de 1983 com o encontro que teve lugar em Mbabane, na Swazilândia, na presença, segundo o jornal *The Star*⁹², do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Swazilândia Richard Dlamini.

Neste encontro, em que a delegação moçambicana era liderada por Jacinto Veloso e a sul-africana por Reolof Botha, a tónica dominante foi a questão da segurança entre os dois países⁹³, mas também foram debatidos os princípios gerais sobre os quais o acordo tinha que ser assinado⁹⁴.

Nesta ronda, a delegação moçambicana levava para a mesa das negociações a recusa de reconhecer o regime do Apartheid, os bantustões sul-africanos e abdicar do apoio político e diplomático ao ANC⁹⁵.

Na segunda ronda, que teve lugar a 16 de Janeiro de 1984, em Pretória, sob liderança de José Óscar Monteiro e Johan

⁹¹. Hanlon, *Beggar your neighbours...*pp.41

⁹². *The Star*, 21.12.1983

⁹³. *Ibidem*

⁹⁴. *Notícias*, 21.12.1983

⁹⁵. *Notícias*, 11.1.1984

Coetzee, voltou-se a abordar a questão da segurança, com particular incidência para os problemas que se registavam junto às fronteiras comuns. Foram também discutidas medidas necessárias para garantir que nenhum dos Estados servisse de base para a agressão e actos de violência contra o vizinho⁹⁶.

Segundo Martin e Johnson⁹⁷, para esta ronda negocial Moçambique levava consigo sete pontos básicos para o acordo nomeadamente:

- O respeito pela soberania e integridade territorial.
- O respeito das fronteiras e não agressão.
- A necessidade de os respectivos países não poderem ser usados para agressão contra o território vizinho.
- A criação de condições para que não haja bases nos respectivos países para forças hostís.
- A necessidade de não haver facilidades de difusão de informação por forças hostís.

Em finais de Fevereiro, delegações oficiais de Moçambique e da África do Sul, sob liderança de Jacinto Veloso e Reolof Botha, reuniram-se em Maputo para avaliar os passos dados até então e os mecanismos para o restabelecimento das relações económicas entre os dois países.

Neste encontro, foram debatidas questões relativas a lei internacional no relacionamento dos dois Estados vizinhos, tendo

⁹⁶. Notícias, 17.1.1984

⁹⁷. David Martin & Phyllis Johnson, 'To Nkomati and beyond'. in: *Destructive engagement: Southern Africa at war*. Phyllis Johnson & David Martin (coord) Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986 p.26

em vista o estabelecimento de meios que garantam uma plataforma política de entendimento entre ambos os países bem como um clima de paz e de segurança na África Austral⁹⁸.

A delegação sul-africana apresentou neste encontro a sua preocupação em relação à posição do presidente Samora Machel de manter o apoio político, moral e diplomático ao ANC.

Aliás, a maior pretensão da África do Sul neste processo negocial era de obter garantias de que o governo moçambicano ia proceder a evacuação do ANC do território moçambicano⁹⁹.

A preocupação sul-africana foi debatida tendo se chegado ao consenso de que o governo moçambicano devia convidar os quadros do ANC a abandonarem o território moçambicano restringindo a acção deste movimento, em Moçambique, ao nível diplomático, permanecendo para o efeito apenas dez indivíduos.

"O governo moçambicano requereu ao ANC para que apresentasse a lista dos que deviam permanecer em Moçambique para a missão diplomática"¹⁰⁰.

Acredita-se que a preocupação do governo sul-africano de uma evacuação completa dos quadros do ANC, como condição para a assinatura de um acordo com Moçambique, foi abandonada com a ponderação da sugestão apresentada pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória, em Novembro de 1983. Segundo o Instituto,

⁹⁸. Notícias, 20 e 21.2.1984

⁹⁹. Ibidem

¹⁰⁰. Entrevista com Abubakar Ismail a 24 de Fevereiro de 1998

"Um pacto de não-agressão bastava para evitar com que o ANC continuasse a usar o território vizinho como "santuário para actos de terror" não havendo necessidade de se requerer, junto à mesa negocial, a expulsão completa deste movimento, podendo consentir a continuação das suas representações políticas tanto em Moçambique como em outros países vizinhos"¹⁰¹.

Nos dias imediatos a este encontro, o presidente Samora Machel reuniu-se com o presidente do ANC Oliver Tambo, com o objectivo de lhe comunicar a decisão tomada na mesa negocial e discutir os mecanismos da retirada dos referidos quadros. Neste encontro, Oliver Tambo recebeu a seguinte proposta:

"O governo moçambicano ia manter os quadros do movimento em Moçambique estabelecendo-os em Nampula com o estatuto de refugiados"¹⁰².

Entretanto, esta proposta foi recusada pelo ANC sob o argumento seguinte:

"Nampula não reunia condições para ser um campo de refugiados, pois não tinha infraestruturas, fontes de abastecimento de alimentos e a situação política era instável"¹⁰³.

A terceira ronda negocial teve lugar na cidade de Cabo, nos dias 2 e 3 de Março de 1984, sob a liderança de Reolof Botha e Jacinto Veloso. Nesta ronda, foi apresentada e discutida a proposta escrita do acordo de não-agressão, redigida pelas autoridades de Maputo, tendo sido aprovada com o acréscimo da cláusula sobre o estabelecimento de uma comissão conjunta de

¹⁰¹. Hanlon, Mozambique: revolution under fire...pp.255-256

¹⁰². Entrevista com Abubakar Ismail a 24 de Fevereiro de 1998

¹⁰³. Ibidem

verificação¹⁰⁴.

"A proposta escrita do acordo foi redigida em Maputo por razões que se prendem com o facto de os sul-africanos terem apresentado um texto que no fundo era uma versão do acordo que assinaram com o reino da Swazilândia que era mais ou menos um acordo policial tendo sido recusado pela contraparte moçambicana"¹⁰⁵.

O passo subsequente foi a assinatura do acordo a 16 de Março de 1984 na região fronteiriça de Komatipoort tendo sido denominado por Acordo de Nkomati.

Em resumo: O agravamento das acções militares pela RENAMO, a implementação pelo governo sul-africano da política regional de desestabilização, a eclosão da seca na região Austral de África, em conjugação com a criação pela administração Reagan de vínculos políticos com o governo sul-africano e, a expulsão de Moçambique de seis diplomatas norte-americanos, são as razões principais que impeliram o governo moçambicano a empreender, no período entre 1981 e 1984, uma ofensiva diplomática.

Também concorreu a posição do ocidente, face à declaração pelo governo moçambicano da falência em Janeiro de 1981 e em relação à concessão de créditos, que era de Moçambique negociar uma plataforma de entendimento com a África do Sul e a criação de meios de escalonamento da sua dívida externa filiando-se às instituições do Bretton Woods.

O consentimento pelo governo sul-africano do processo

¹⁰⁴. *Notícias*, 5 e 9.3.1984

¹⁰⁵. Entrevista com Sérgio Vieira a 29 de Outubro de 1997

negocial resultou da convicção de poder convencer a contraparte moçambicana a evacuar os quadros do ANC estabelecidos em território moçambicano, estando contudo subjacente a intervenção da administração Reagan por meio de pressões das quais esperava dividendos diplomáticos.

O êxito do processo em si residiu nas expectativas nutridas por ambas as partes envolvidas e também na falta de alternativas políticas para fazer face às situações em que se encontravam mergulhadas.

O ACORDO DE NKOMATI 1984-1988

Neste capítulo, procura-se analisar os esforços diplomáticos do governo moçambicano, no período entre 1984 e 1988, com vista a criação de um ambiente favorável ao restabelecimento da paz em Moçambique e a coexistência pacífica entre os Estados da região Austral de África, destacando a assinatura do acordo de Nkomati.

É uma abordagem sob o argumento seguinte: os esforços do governo moçambicano só teriam êxito com a intervenção do Departamento de Estado norte-americano, uma cooperação da componente militar do governo sul-africano, a cessação do apoio extra-Pretória à RENAMO e um novo clima político a nível das relações internacionais.

No período em questão, assistiu-se à intensificação de clivagens entre o Departamento de Estado norte-americano e outras instituições da administração Reagan;

A componente militar do governo sul-africano não partilhava da vontade política da componente civil com o agravante de a inteligência militar sul-africana ter envolvido homens de negócios portugueses na estrutura política da RENAMO.

Entretanto, a partir de 1988, com a aproximação efectiva das duas maiores potências políticas e militares da época, através de acções conjuntas com vista a resolução dos chamados conflitos regionais, começam haver sinais de um clima político favorável à coexistência pacífica entre os Estados da região Austral de África.

POSIÇÃO DOS SIGNATÁRIOS

O discurso de Samora Machel espelha o realismo, o elemento que impeliu o governo moçambicano a abraçar a causa da paz, enfatizando a predisposição de Moçambique de cooperar com a África do Sul na defesa de interesses comuns, relegando-se para o segundo plano as diferenças políticas e culturais existentes.

"...A necessidade do acordo resultou não tanto das diferenças que opõem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos países"¹⁰⁶.

A par disso, a ausência de uma vontade política de se manter o *status quo* económico, isto é, a assunção da herança económica colonial: a integração de Moçambique ao subsistema económico sul-africano.

"...Devemos reconhecer que relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmonioso e por isso, o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar por qualquer forma a sua independência ou torná-lo economicamente dependente de um outro país. Saibamos encontrar, na área económica, como valorizar recursos, infraestruturas e situações que, constituindo uma experiência das nossas relações, são susceptíveis de trazerem vantagens e benefícios recíprocos numa base de igualdade"¹⁰⁷.

Por último, procura espelhar a dimensão do conceito de libertação dos povos negros do jugo colonial advogado por Moçambique bem como pelos demais Estados africanos.

¹⁰⁶. Texto oficial do acordo de Nkomati (ver anexo)

¹⁰⁷. Ibidem

"A luta de libertação dos povos africanos foi para alcançar a paz. A África inteira continua a luta para transformar em zona de paz, fazer dos seus oceanos estradas de paz, da unidade, de amizade e cooperação entre os povos... O acordo que concluímos contribui significativamente para estes nobres objectivos"¹⁰⁸.

Em relação ao discurso de P.W. Botha, há indicadores de uma predisposição da África do Sul de cooperar activamente no desenvolvimento económico dos Estados da região, com base nas suas potencialidades económicas e produtivas.

"A África do Sul encontra-se numa posição de estabilidade, de poderio económico e capacidade produtiva para assistir os seus vizinhos no alcance do objectivo regional de progresso e desenvolvimento. E hoje, ao assinarmos este acordo com a República Popular de Moçambique, estamos a dar um passo importante nessa direcção"¹⁰⁹.

A par disso, procura demonstrar que não se identifica com a postura dos países da região caracterizada pela tentativa de reestruturar a dinâmica política e económica da região, pois não privilegia as necessidades dos respectivos povos, mas apenas as suas convicções políticas.

"A República da África do Sul...chegou a conclusão de que os líderes da nossa região deveriam enfrentar essas realidades e reordenar as suas prioridades em conformidade com tais realidades. Como governantes nós temos o dever de tomar o bem-estar e a prosperidade dos novos povos como a nossa primeira prioridade"¹¹⁰.

Por outro lado, há uma tentativa de impelir os Estados

¹⁰⁸. Ibidem

¹⁰⁹. Ibidem

¹¹⁰. Ibidem

vizinhos, particularmente Moçambique, a consentir a adopção de políticas económicas que tem em vista a manutenção da África do Sul como o bastião económico da região.

"Uma vez assegurado o clima de estabilidade e de boa vizinhança, eu tenho a visão de nações da África Austral cooperando uma com a outra em todos os domínios onde esforços humanos se manifestam: uma verdadeira Constelação de Estados trabalhando juntos para o benefício de todos sob uma base de respeito mútuo. É que, uma atmosfera de paz encorajaria os sectores privados da economia sul-africana e de outros países a jogarem um papel construtivo e eles poderão ter a garantia de que seus investimentos estão em segurança e portam vantagens mútuas tanto aos produtores como aos consumidores"¹¹¹.

São posições que buscam bases de inspiração no passado histórico das relações entre ambos os Estados e nas ambições políticas de cada Estado, bases essas que não se coadunam, pois por um lado luta-se por uma nova ordem política e económica enquanto que a contraparte perspectiva a manutenção dessas ordens.

É uma contradição cuja superação passa necessariamente pela submissão da componente menos forte desta confrontação, neste caso Moçambique, pois a não concretização deste pressuposto abre precedentes ou cria um campo cada vez mais vasto de distanciamento entre os Estados e a subsequente manutenção da política de desestabilização que aliás, tem em vista a condução dos Estados da região a consentirem a hegemonia da África do Sul a nível regional.

¹¹¹. Ibidem

O ACORDO

"O acordo de Nkomati compreende onze artigos que se resumem a uma declaração de "compromisso" para que ambas as partes signatárias cessem a ingerência nos assuntos internos de outros Estados, respeitando por conseguinte a soberania e independência de cada Estado e privilegiem a resolução dos seus diferendos através do diálogo ou por meio de arbitragens.

Ambas as partes, devem se distanciar da solidariedade política para com os movimentos armados cuja acção pode pôr em causa a ordem territorial dos Estados signatários e o alargamento das actividades de patrulhamento junto da fronteira internacional, evitando a infiltração de agentes subvertores para os respectivos territórios.

Por outro lado, o respeito dos compromissos assumidos pelos Estados signatários no quadro das suas actividades diplomáticas e também não restringir a implementação das directivas da Carta das Nações Unidas no que concerne a auto-defesa do seu território em caso de invasões armadas.

Uma terceira componente que detalha os mecanismos técnicos que vão garantir o cumprimento na integra do respectivo acordo, privilegiando a formação de comissões conjuntas de trabalho, cujas tem o aval para a escolha das modalidades do seu trabalho, pese embora haja necessidade de as partes signatárias deliberarem sobre o mandato dessas comissões, o que permite uma avaliação rápida da evolução da situação e a tomada de decisões de carácter

urgente"¹¹².

A assinatura de pactos de não-agressão não é uma prática circunscrita à região Austral de África, mas a repetição das iniciativas diplomáticas da URSS, nos anos 30, quando mergulhado numa situação política similar à da África do Sul:

"A sua preocupação com a segurança nacional e o desejo de prevenir-se da formação de colisões hostís... A Rússia no período imediato à Revolução de 1917 era um Estado isolado e frágil, uma fragilidade a nível económico e militar. Apesar das diferenças ideológicas com o mundo capitalista a manutenção de relações pacíficas era uma necessidade absoluta...os esforços diplomáticos de conclusão de pactos de não-agressão foi a extensão do que a União Soviética esteve envolvida. O objectivo imediato deste país era a conclusão de acordos bilaterais de não-agressão com Estados vizinhos. Acordos dessa natureza foram concluídos com a Turquia, Afeganistão, Lituânia, Latvia, Pérsia, Finlândia, Estónia, Roménia, China, Japão e Polónia"¹¹³.

São pactos que, não contendo cláusulas referentes às penalizações dos signatários em caso de não cumprimento do acordado, por si só não garantem a resolução imediata do litígio em questão. Contudo, permitem um incremento nas relações das partes envolvidas através do diálogo.

¹¹². Ibidem

¹¹³. Gerhard Erasmus, *The accord of Nkomati: content and context*. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, 1984 pp.6-7

Evolução política pós-Nkomati

Nos meses imediatos à assinatura do acordo de Nkomati, a Comissão Mista de Verificação não pôde apurar sinais de não cumprimento por ambas as partes do acordado.

Face a isso, criou-se um clima de confiança entre os Estados signatários e uma relativa revitalização das relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, ainda que momentânea.

Os sinais evidentes desta revitalização residem na afluência à Maputo de homens de negócios e autoridades sul-africanas ligadas aos ramos de turismo, transportes e pescas, com o objectivo de discutir com as autoridades moçambicanas as possibilidades de cooperação nessas áreas.

A título de exemplo, a vinda a Maputo de C.W. Fiddian Green, presidente da Rennies, que discutiu com as autoridades moçambicanas o envolvimento da sua empresa no porto de Maputo e no turismo em Moçambique¹¹⁴;

A vinda a Maputo de Hendrick Schoeman, Ministro sul-africano dos Transportes, tendo discutido com o seu homólogo moçambicano Alcantara Santos um plano de desenvolvimento do porto de Maputo, com a particularidade de ter defendido, segundo o jornal *Notícias*, "a urgência de empresas privadas sul-africanas investirem na modernização deste porto, sob o argumento de que poderão obter benefícios dessa atitude e porque são elas os potenciais utilizadores dos seus serviços¹¹⁵;

¹¹⁴. *Notícias*, 30.3.1984

¹¹⁵. *Notícias*, 14.8.1984

O encontro em Maputo entre John Willey, o Ministro sul-africano para o Ambiente e Pescas e o Secretário de Estado moçambicano para as Pescas Terencio de Almeida, que culminou com um acordo com vista a criação de uma comissão conjunta que garanta o licenciamento das firmas sul-africanas que queiram pescar em águas moçambicanas, ainda que numa primeira fase apenas uma empresa é que ia se beneficiar de tal prerrogativa¹¹⁶.

Estas movimentações, não puderam contudo produzir os frutos desejados, por um lado devido a constatação dos homens de negócios sul-africanos de que o estágio de desenvolvimento em Moçambique reduzia as hipóteses de rápidos dividendos¹¹⁷.

Por outro lado, devido a divergências surgidas entre as partes envolvidas. Por exemplo, a actividade pesqueira da empresa sul-africana Quintas Seafood em águas moçambicanas apenas prolongou-se até 31 de Outubro de 1986, tendo sido interrompida devido a recusa, pelas autoridades moçambicanas, do pedido de renovação da licença de pesca, sob o argumento de que "os barcos sul-africanos estavam a ser usados para o contrabando de armas"¹¹⁸.

A postura do governo sul-africano caracterizada por contactos directos com a RENAMO, com o objectivo de se acomodar as preocupações deste movimento e abordar-se a nova estratégia

¹¹⁶. *Notícias*, 27.11.1984

¹¹⁷. Hanlon, *Beggar your neighbours...* p.148

¹¹⁸. CEA Dossier África Austral, Relações económicas RPM-RAS desde o acordo de Nkomati II parte. Setembro 1989 código 52.200 p.1 in: CEA pasta DAA 1989 (Dossier África Austral)

sul-africana face ao acordo de Nkomati, veio a desgastar o clima de confiança que havia se criado a nível dos dois países.

"A RENAMO, a 16 de Junho de 1984, enviou uma comunicação via rádio para as autoridades sul-africanas reclamando a falta de material de guerra para prosseguir com as suas acções militares...a liderança da RENAMO viajou de submarino à África do Sul e, nos dias 12, 13 e 16 de Agosto de 1984, a RENAMO encontrou-se com Pik Botha, Magnus Malan e Van der Westhuizen, chefe da inteligência militar sul-africana. Nesses encontros, foram acordados mais abastecimentos, que aliás chegaram nos dias 21 e 31 de Agosto, mas também decidiu-se que seriam usados aviões privados. Estes encontros prosseguiram a 1 de Setembro de 1984 com a inclusão na lista das autoridades sul-africanas o General Constant Viljoen, chefe das forças armadas, tendo sido acordado que os abastecimentos seriam rotulados como "ajuda humanitária" e desde então, houve vários fornecimentos aéreos semanais"¹¹⁹.

Esta "dupla agenda" do governo sul-africano é corolário da falta de consenso no seio da elite governativa sobre os mecanismos de acomodação da iniciativa diplomática que culminou com a assinatura de um compromisso de cessação do apoio à RENAMO.

De facto, era difícil tal consenso pois a componente militar da elite governativa de Pretória, particularmente altos funcionários militares, entre eles Constant Viljoen, André Liebenberg, Van Niekerk e Van Tonder, encontrava-se envolvido numa teia de compromissos pessoais com este movimento.

Esta componente, apercebendo-se da iminência de um acordo entre África do Sul e Moçambique, um pressuposto básico para a cessação da ajuda à RENAMO, criou condições para que o movimento pudesse sobreviver durante um certo período de tempo e manter as suas acções militares.

¹¹⁹. Hanlon, *Beggar your neighbours...* p.46

"...Dois meses antes do acordo de Nkomati, a África do Sul (entende-se os altos funcionários militares) ofereceu apoio logístico para seis meses. A par disso, eles organizaram uma ofensiva contra a capital, Maputo, para iniciar durante a época da assinatura e, enviaram uma equipa de treino para a província da Zambézia para organizar uma ofensiva nessa província"¹²⁰.

A par disso, a SADF nunca chegou a ter uma estratégia coordenada no sentido de controlar a acção do seu braço armado, com o agravante de:

"a inteligência militar sul-africana, SAMI, ter envolvido homens de negócios portugueses como testas de apoio da RENAMO, num período em que em Portugal os retornados eram uma grande força política e económica"¹²¹.

Por consequência, a eliminação da RENAMO passou a ser uma acção que transcende as capacidades do governo sul-africano, exigindo-se a intervenção portuguesa para o alcance de uma plataforma de entendimento, pois os homens de negócios portugueses transformaram este movimento num agente das suas preocupações em relação a Moçambique. A título de exemplo:

"a RENAMO exigia que os portugueses que abandonaram Moçambique na altura da independência deviam ser autorizados a retornarem e reclamarem as propriedades que eles abandonaram"¹²².

Aliás, na vontade política de aproximar o governo moçambicano e a RENAMO, para negociações directas, Reolof Botha contactou o ministro português Almeida Santos e em conjunto

¹²⁰. *ibidem*:45

¹²¹. 'Mozambique: an infamous accord'. in: *Africa Confidential*, vol.25 n°24 28 de Novembro de 1984 pp.5-6

¹²². *Ibidem*:4

elaboraram, segundo Makwakwa¹²³, em Setembro de 1984, um plano que previa um cessar-fogo e a integração social, em Moçambique e na África do Sul, dos membros da RENAMO.

Este plano, foi debatido em Pretória, em finais de Setembro, pelos representantes do governo moçambicano e da RENAMO, sem resultados palpáveis devido a não ratificação pela RENAMO do documento acordado, por ordem de Afonso Dhlakama instigado pelos superiores da SAMI¹²⁴.

"Chegou-se a ter um documento pronto com a própria RENAMO na altura que previa uma reconciliação e uma acomodação dos interesses da RENAMO dentro de um acordo de paz que se viesse a alcançar e estávamos para assinar o respectivo documento, mas depois de uma consulta feita a um general foi dito que afinal não vai ser assinado"¹²⁵.

Entretanto, este encontro resultou na assinatura da chamada "Declaração de Pretória", um documento proposto pelas autoridades sul-africanas, em substituição do acordado, prescrevendo:

- "O reconhecimento de Samora Machel como presidente de Moçambique;
- As acções militares e o conflito em Moçambique seja qual fosse a fonte devem cessar;
- Requer-se que o governo sul-africano jogue um papel;
- A criação de uma comissão conjunta, liderada pelo vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Louis Neill,

¹²³. Paulo Makwakwa, Uma viagem ao interior da Renamo.

¹²⁴. Ibidem

¹²⁵. Entrevista com Jacinto Veloso a 7 de Novembro de 1997

comportando representantes da FRELIMO e da RENAMO"¹²⁶.

A resposta do governo moçambicano a esta dupla agenda de Pretória foi a intensificação das suas acções militares, com vista a eliminação da RENAMO, com destaque para o início do plano de assalto ao seu quartel general.

Os sinais evidentes deste plano residem no encontro de Harare, a 12 de Junho de 1985, entre os presidentes Samora Machel, Robert Mugabe e Julius Nyerere, em que foi acordado a criação de uma força conjunta moçambicana-zimbabweana para o combate do movimento rebelde¹²⁷, um acordo cujos primeiros frutos foram colhidos a 28 de Agosto de 1985 com a tomada da Casa Banana, o quartel general da RENAMO .

Com a deterioração do espírito de confiança entre os Estados signatários e favorecido pela documentação encontrada na Casa Banana, o governo moçambicano impeliu o governo sul-africano a reconhecer publicamente o não cumprimento do acordo.

Para o efeito, o presidente Samora convidou a Maputo o Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros Reolof Botha e, a 16 de Setembro de 1985, apresentou-lhe provas documentais do não cumprimento pela África do Sul do acordo de Nkomati. Em resposta a esta apresentação, a África do Sul reconheceu formalmente a violação do acordo.

Dias depois, o presidente Samora Machel visitou os Estados Unidos da América tendo levado consigo tais provas. Contudo,

¹²⁶. 'Mozambique: an infamous accord'...p.5

¹²⁷. Hanlon, Beggar your neighbours...p.146

estes esforços não produziram quaisquer mudanças.

De certo modo, a violação do acordo de Nkomati pela África do Sul não preocupava a administração Reagan, pois o que esta administração pretendia com o acordo de Nkomati já havia conseguido: o resgate do seu prestígio diplomático e os votos do eleitorado negro norte-americano, nas eleições de Novembro de 1984.

Por outro lado, durante o segundo mandato da administração Reagan, assistiu-se à intensificação das clivagens entre o Departamento de Estado norte-americano e outras instituições da administração Reagan, daí que a intervenção norte-americana no sentido de criação de um ambiente favorável à paz em Moçambique dificilmente poderia acontecer.

O exemplo evidente destas clivagens reside nas pressões exercidas pela extrema-direita norte-americana e pelos activistas conservadores contra o Departamento de Estado norte-americano, no sentido de ter uma posição defensiva em relação à RENAMO.

"Os apoiantes da RENAMO forçaram o Departamento de Estado a adoptar uma posição defensiva em relação a este movimento e activaram uma rede de apoio financeiro e outras formas de apoio entre os activistas conservadores, no sector privado, no Congresso e nas agências de informação do governo"¹²⁸.

Segundo Minter¹²⁹, a rede de apoiantes foi composta por indivíduos extremistas do Congresso tais como o Senador Jesse Helms, de North Carolina, o representante de Indiana Dan Burton e o simpatizante Paul Weyrich, que abraçou a causa da RENAMO em

¹²⁸. Ibidem:157

¹²⁹. Ibidem:47

1985. No seio da administração, Constantine Menges no Conselho Nacional de Segurança e Patrick Buchanan na Casa Branca.

Face a isso, foi se assistindo ao agravamento das acções militares da RENAMO cujo climax foi a ofensiva de Outubro de 1986 contra as províncias de Tete, Zambézia e Sofala. Segundo Minter¹³⁰, esta ofensiva partiu do Malawi tendo participado comandos sul-africanos cujo resultado foi a captura de um número de capitais distritais.

Se até então os esforços diplomáticos do governo moçambicano não permitiam a criação de um clima político favorável ao restabelecimento da paz em Moçambique e a coexistência pacífica entre os Estados da região Austral, a partir do ano de 1987 tal clima veio a criar-se. Para o efeito concorreram os seguintes acontecimentos:

- A reacção da comunidade internacional em particular dos grupos apoiantes da RENAMO nos Estados Unidos da América ao massacre de Homoine perpetrado por este movimento, em Julho de 1987.

"Os dias de glória da RENAMO em Washington com a extrema-direita chegaram ao fim em finais de 1987 com o relatório do massacre de Homoine perpetrado pela RENAMO em Moçambique. Desde então, a RENAMO descobriu que a obtenção de uma cobertura favorável havia se tornado difícil"¹³¹.

- O incremento, em princípios de 1988, das relações entre o governo moçambicano e a igreja, em particular a igreja Católica, bem como o consentimento também do governo moçambicano

¹³⁰. Minter, Apartheid's contras...p.47

¹³¹. Vines, Renamo...p.44

da intervenção da igreja nos esforços diplomáticos com vista o restabelecimento da paz em Moçambique.

"A iniciativa das igrejas de trazer o diálogo entre a RENAMO e o governo moçambicano tornou-se pública em Novembro de 1988. Os detalhes dos seus objectivos foram revelados numa conferência de imprensa dada pelo Reverendo Sigue Banze anunciando que a "Comissão de paz e Reconciliação", liderada pelo Bispo Anglicano de Maputo Dinis Sengulane, ia tentar um encontro com os líderes da RENAMO e convencê-los a aceitar a amnistia do governo"¹³².

- A publicação, em Abril de 1988, do relatório Gersony¹³³, cujo impacto embaraçou as forças apoiantes da RENAMO reduzindo-se, por conseguinte, o apoio deste movimento pela extrema-direita nos Estados Unidos da América, ao criar um espaço de acção ao Departamento de Estado norte-americano através de uma relativa reconciliação das instituições ligadas à administração Reagan.

Este relatório, teve maior impacto a nível do governo sul-africano ao provocar sérios embaraços e impelindo várias instituições a um maior interesse pelas acções militares sul-africanas em Moçambique. Segundo O'Meara,

"o desconforto de Pretória face ao relatório Gersony veio a ser agravado com a publicação de um editorial no *New York Times* apelando por um relatório similar com vista a 'expor a acção da África do Sul em Moçambique' e, pela plataforma do Partido Democrático com vista as eleições presidenciais de 1988 que definia a África do Sul como um 'Estado terrorista',

¹³². Ibidem:121

¹³³. Este relatório, baseado em entrevistas a cerca de 200 refugiados estabelecidos em quatro países que circundam Moçambique incluindo a África do Sul, é produto de uma pesquisa feita por Robert Gersony, um consultor do Departamento de Estado norte-americano, com o intuito de perceber as causas do rápido incremento de refugiados e populações desprovidas em Moçambique.

uma posição endossada por Michael Dukakis"¹³⁴.

- O incremento de críticas contra a administração Reagan, no sentido de tomar medidas concretas com vista a persuadir o governo sul-africano a rever a sua postura política em relação aos Estados vizinhos e a rever os vínculos políticos criados com o governo sul-africano, tendo resultado na aprovação, pelo Congresso norte-americano, de uma emenda sobre sanções económicas contra a África do Sul.

"A Emenda Dellums, aos olhos do Congresso, tinha em vista eliminar todos os vínculos dos Estados Unidos com a África do Sul. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Commonwealth elaboraram uma estratégia para minar os vínculos financeiros da África do Sul"¹³⁵.

- A nível das relações internacionais, regista-se a aproximação efectiva das duas maiores potências políticas e militares, decorrente da introdução pela URSS do Glasnost.

Esta política, permitiu que ambas as potências adoptassem uma outra postura em relação as questões políticas da região Austral de África, com sinais evidentes na Cimeira de Moscovo realizada entre 9 de Maio e 2 de Junho de 1988 envolvendo Mikhail Gorbatchiov e Ronald Reagan, com uma agenda que constava a questão dos conflitos regionais.

Falando à imprensa, Gorbatchiov referiu que:

"Ambos os políticos aproximaram-se de uma situação em que aparecem possibilidades de uma solução dos problemas com base em atitudes políticas e levando

¹³⁴. O'Meara, Forty lost years...p.378

¹³⁵. Ibidem:379

em consideração o equilíbrio de interesses"¹³⁶.

- A evolução do conflito armado em Angola caracterizada por repetidas derrotas das tropas sul-africanas, com particular destaque para a derrota de Cuito Cuanavale.

Não se tratou contudo de derrotas no campo de batalha. O que aconteceu foi a revelação, no decorrer de 1988, das vulnerabilidades da SADF em termos de armamento, equipamento e a falta de orçamento para o prosseguimento das actividades militares.

"A força aérea sul-africana descobriu-se incapaz de penetrar os radares angolanos e cubanos em Cuito Cuanavale. O seu equipamento era tecnologicamente inadequado, parcialmente por efeito do embargo de armas. Confrontado com o equipamento moderno soviético trazido para a linha da frente pelos cubanos, a SADF rapidamente perdeu a superioridade aérea que até então detinha. A par disso, a vulnerabilidade económica: havia sido estimado que a guerra em Angola ia custar 4 biliões de randes num ano, em meados de 1988, e qualquer incremento ia provocar uma quebra intolerável sobre a economia a caminho para a falência"¹³⁷.

Esta situação, conduziu Pretória a negociações que culminaram com a assinatura, em Dezembro de 1988, de uma plataforma de entendimento sobre a questão de Angola e da Namíbia, a retirada das forças sul-africanas e cubanas do território angolano e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia: o protocolo de

¹³⁶. Fernando Victorino, 'Cimeira de Moscovo: a solução adiada'. *Tempo* n° 923 19.6.1988 p.30

¹³⁷. Robert Davies, 'South African policy before and after Cuito Cuanavale'. in: *South Africa contemporary analysis: South Africa review* 5. Glen Moss & Ingrid Obery (coord). London: Southern African Research Service, 1990 pp.172-173

Brazaville.

É neste ambiente político que se assiste à adopção pela África do Sul de uma nova política regional, que assentava em jogadas diplomáticas, em detrimento da anterior política de desestabilização, com vista a promoção da sua imagem a nível regional e a redução do seu isolamento internacional.

"No início do segundo quartel de 1988, houve um ponto de viragem marcante na confrontação regional. Estrategistas de Pretória apareceram a dar maior ênfase à diplomacia e à acção económica na junção de "incentivos" e "desincentivos" através dos quais perspectivavam avançar com os objectivos políticos regionais"¹³⁸.

O governo moçambicano, pôde colher dividendos deste ambiente político, aproximando-se de Pretória com vista a implementação das cláusulas do acordo de Nkomati referentes à Comissão Conjunta de Verificação.

"Em Abril de 1988, Moçambique lançou uma ofensiva diplomática para revitalizar o acordo de Nkomati. Jacinto Veloso, Ministro da Cooperação, entregou na cidade de Cabo a P.W. Botha uma mensagem do presidente Joaquim Chissano, cujo conteúdo era uma proposta de um encontro efectivo da Comissão Mista de Ligação criada em Agosto de 1987"¹³⁹.

Este encontro, teve lugar em Maputo a 25 de Maio de 1988, sendo a 4ª reunião do Comité Conjunto de Ligação, na qual ficou acordado o restabelecimento da Comissão Mista de Segurança, criada na sequência do acordo de Nkomati, que tinha sido suspensa

¹³⁸. Ibidem:168

¹³⁹. Jeremy Grest, 'Mozambique after Machel'. in: *South Africa contemporary analysis: South Africa review 5*. Glen Moss & Ingrid Obery (coord). London: Southern African Research Service, 1990 p.166

em Julho de 1985¹⁴⁰.

A par disso, surgiram tentativas com vista a renegociação do que foi acordado em Nkomati, através de encontros directos entre os respectivos chefes de Estado, por haver indícios de um colapso total do acordo. O reflexo destas tentativas foi o encontro de Songo a 12 de Setembro de 1988 entre os presidentes Joaquim Chissano e P.W. Botha.

Deste encontro Chissano referiu que:

"Existe agora mais confiança, mais entendimento em ambos os lados devido aos desenvolvimentos na área, na região Austral de África, e na África do Sul"¹⁴¹.

Botha por seu turno disse que:

"Começaram de novo onde não tinha sido possível avançar mais depois da morte trágica do presidente Machel. O encontro levou a passos concretos que podem não só levar à melhoria de relações, mas também à cooperação económica entre os dois países"¹⁴².

Ainda na exploração deste novo ambiente político na região, a acção diplomática do governo moçambicano que culminou com a visita do presidente Joaquim Chissano ao Malawi, em Junho de 1988. Segundo a *Tempo*, o objectivo de Chissano nesta visita era de

"procura de novos caminhos para fortalecer as relações bilaterais, para remover obstáculos que eventualmente possam existir e que impedem um desenvolvimento mais rápido da cooperação e para definição com mais clareza o compromisso de ambos os países em respeitar os princípios da independência,

¹⁴⁰. 'Moçambique e África do Sul vão restabelecer Comissão de Segurança'. *Tempo* n°921 5.6.1988 p.7

¹⁴¹. 'Moçambique-África do Sul: cooperar é possível'. *Tempo* n° 936 18.9.1988 p.5

¹⁴². *Ibidem*:6

soberania e boa-vizinhança"¹⁴³.

Pese embora o Malawi não tenha respondido de imediato ao apelo de Moçambique, esta reaproximação criou um espaço mais amplo de diálogo, com vista a um maior engajamento deste Estado nos esforços de Moçambique rumo a uma coexistência pacífica na região.

A África Austral pós-Nkomati

O acordo de Nkomati marca o início de uma nova era política na região Austral de África traduzida pela revisão pelos Estados da região das suas apostas políticas ou pelo menos das estratégias com vista a defesa dos seus interesses.

Trata-se de uma revisão atizada pela ofensiva diplomática do governo sul-africano, iniciada em finais de 1983 quando, para além de se dispôr a negociar com o governo moçambicano estendeu esta vontade política ao governo angolano, cujo corolário foi a assinatura, em Fevereiro de 1984, de um acordo de cessar-fogo, e à SWAPO para a negociação de um cessar-fogo com vista a implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

Perante esta nova vontade política do governo sul-africano, vários Estados da Linha da Frente decidiram-se pela mudança da postura em relação à África do Sul passando a privilegiar, tal como Moçambique, o diálogo com as autoridades de Pretória.

A título de exemplo, o presidente zambiano Kenneth Kaunda

¹⁴³. Mário Ferro, 'O Malawi do outro lado da fronteira'. Tempo n°927 17.6.1988 p.2

manifestou interesse de a Linha da Frente reunir com o governo sul-africano para a abordagem de uma plataforma de entendimento sobre a acção dos Estados da região em relação ao regime do Apartheid, dispondo a cidade de Lusaka para o encontro¹⁴⁴.

No dia 22 de Março de 1984, decorreram conversações entre o Botswana e a África do Sul, tendo se abordado questões relativas a segurança de ambos os Estados, com destaque para as presenças do Ministro tswana dos Negócios Estrangeiros Archie Mogwe e o seu homólogo sul-africano Reolof Botha. Conversações similares tiveram lugar a 10 de Abril, na cidade de Cabo, entre autoridades do Lesotho e da África do Sul¹⁴⁵.

O elemento chave nesta nova vontade política da África do Sul era o desejo de reduzir os encargos financeiros decorrentes da sua política regional e da ocupação da Namíbia, uma vontade gerada pela crise económica que dilacerava a economia sul-africana desde princípios dos anos 80.

"Só para a manutenção da ocupação militar na Namíbia e atacar Angola o governo de Pretória gastava por ano cerca de um bilião e meio de Dólares, sem tirar dividendos significativos do território namíbio, pois vinha se assistindo à paralisação da sua economia diante da incerteza das grandes companhias mineiras em realizar novos investimentos estando a África do Sul a financiar cerca de 65% dos gastos da administração colonial da Namíbia"¹⁴⁶.

Para além da redução dos encargos financeiros, também era imperioso o controle pelo governo sul-africano da situação

¹⁴⁴. Noticias, 14.3.1984

¹⁴⁵. Noticias, 23.3. e 11.4.1984

¹⁴⁶. Castilho, África do Sul...p.34

política no interior da África do Sul, contendo a acção política da UDF, pois não haviam dúvidas de que esta organização ia de facto dinamizar a consciência negra sul-africana.

Trata-se de uma organização criada em Agosto de 1983 definida como multi-racial, preconizando que a África do Sul pertence a todos que nela vivem, sem distinção de cor, raça ou religião¹⁴⁷.

"A UDF era o novo facto político da África do Sul nos últimos dez anos, passando a ser o instrumento de acção de massas de milhares de militantes do ANC e sindicalistas que não podiam agir legalmente devido à proscricção imposta ao Congresso Nacional Africano"¹⁴⁸.

O acordo de Nkomati, foi de certo modo uma vitória para a África do Sul e um meio para o governo moçambicano rever a sua posição em relação ao ANC, pois o governo sul-africano pôde forçar o governo moçambicano a uma acção concreta contra este movimento.

"Na sequência do acordo de Nkomati, o governo moçambicano invadiu as residências dos quadros do ANC tendo confiscado equipamento militar e documentos que lá haviam"¹⁴⁹.

A par disso, o governo moçambicano foi forçado a convidar os quadros do ANC a abandonarem o território moçambicano, restringindo a sua acção no território moçambicano ao nível diplomático.

Apesar desta imposição, o governo sul-africano não pôde

¹⁴⁷. Ibidem:36

¹⁴⁸. Ibidem

¹⁴⁹. Entrevista com Abubakar Ismail a 24 de Fevereiro de 1998

tirar dividendos consideráveis, pois as acções militares do ANC continuaram no interior da África do Sul, acções coordenadas a partir de territórios vizinhos, incluindo Moçambique.

"Parte dos quadros se mantiveram no interior de Moçambique e o ANC criou uma infraestrutura subterrânea em Moçambique, sem o conhecimento das autoridades moçambicanas, tendo prosseguido com o processo de infiltração de armas no interior da África do Sul via Swazilândia...e, volvidos cerca de três meses, o ANC já havia montado novas infraestruturas no Botswana"¹⁵⁰.

Mesmo com a assinatura deste acordo, era imperioso o governo sul-africano rever a sua postura em relação ao ANC, no sentido de encontrar uma solução pacífica para o fim das hostilidades protagonizadas por este movimento.

O ANC tirou ilações do acordo de Nkomati, passando a crer ainda mais na condução do governo sul-africano para uma mesa negocial, através de uma acção política com vista o desgaste das suas estruturas. Segundo Lodge,

"o propósito da luta do ANC era de forçar o governo sul-africano a conduzir-se para uma mesa negocial ou forçá-lo a um sufrágio universal sem discriminação racial"¹⁵¹.

Por outro lado, o governo sul-africano tinha que dar uma prova palpável aos Estados da região Austral de África da consistência da sua política externa e do desejo de abdicar da sua política de desestabilização, o que a acontecer talvez

¹⁵⁰. Ibidem

¹⁵¹. Tom Lodge, 'People's war or negotiations? African National Congress strategies in the 1980's'. in: *South Africa contemporary analysis: South Africa review* 5. Glen Moss & Ingrid Obery (coord). London: Southern African Research Service, 1990 p.46

impelisse o governo moçambicano à adopção duma nova postura em relação ao ANC.

Aliás, face a ausência dessa consistência e do descrédito de Moçambique à vontade política sul-africana de cumprir o acordado em Nkomati, "entre 1986 e 1987, o governo moçambicano voltou a propiciar o ANC de um aval para o uso do território moçambicano"¹⁵².

Nkomati e o processo de liberalização da economia moçambicana

O acordo de Nkomati imprimiu uma nova dinâmica no processo de aderência de Moçambique às principais ou mais importantes instituições de crédito, condição *sine qua non* para o sustento do projecto, do governo moçambicano, de se liberalizar a economia moçambicana.

Neste contexto, destaca-se o encontro do Conselho de Ministros de 17 a 18 de Abril de 1984, no qual foi decidido o início de conversações oficiais com vista a aderência de Moçambique às instituições credoras, o FMI e ao Banco Mundial bem como aos seus associados nomeadamente a IDA e a IFC, para além da análise do anteprojecto da Lei de Investimentos Estrangeiros em Moçambique que culminou com a aprovação das suas linhas fundamentais¹⁵³.

Em seguida, o governo moçambicano aprovou a adesão de Moçambique a essas instituições, o que veio a ter lugar a 24 de

¹⁵². Entrevista com Abubakar Ismail a 24 de Fevereiro de 1998

¹⁵³. *Notícias*, 19.4.1984

Setembro de 1984, no decurso da Assembleia conjunta do FMI e Banco Mundial, realizada em Washington¹⁵⁴.

Ao aderir a estas instituições, Moçambique tinha em vista, numa fase imediata, facilitar o reescalonamento da sua dívida externa que, segundo o governador do Banco de Moçambique Prakash Ratilal, citado pelo jornal *Notícias*¹⁵⁵, era orçada em 1.8 bilião de Dólares.

As negociações com o clube de Paris tiveram lugar ainda no decorrer do ano de 1984 e destas negociações decidiu-se que o pagamento da referida dívida ia ter lugar num período de onze anos, sendo os primeiros seis de graça e os restantes com juros¹⁵⁶.

Quando o governo moçambicano, em Janeiro de 1984, anunciou que já não estava em altura de continuar com o serviço da dívida, os governos ocidentais defenderam que os créditos para o reescalonamento da dívida só poderiam ser garantidos se Moçambique chegasse a um acordo com o Fundo Monetário Internacional¹⁵⁷.

O segundo objectivo era negociar a concessão de créditos para o financiamento do programa de reformas económicas, que aliás veio a ser aprovado em 1986, pelo Bureau Político da FRELIMO, com vista a introdução de uma economia mais liberal.

¹⁵⁴. *Notícias*, 27.9.1984

¹⁵⁵. *Notícias*, 9.10.1984

¹⁵⁶. *Notícias*, 31.10.1984

¹⁵⁷. Cravinho, *Modernizing Mozambique...*p.169

Em resumo: O acordo de Nkomati, reflete mais do que uma mudança de política no seio do governo moçambicano, mas também a adopção de uma nova filosofia política na área económica, ao confirmar o pragmatismo da FRELIMO ao encontro do investimento estrangeiro, em particular o sul-africano, com vista o financiamento dos seus projectos de desenvolvimento.

A ausência de uma linha de consenso no seio da cúpula governativa de Pretória, conjugado com as pressões exercidas contra o Departamento de Estado norte-americano e os vínculos entre Washington e Pretória, criaram condições para que os esforços diplomáticos do governo moçambicano, no período entre 1984 e 1988, não resultassem no restabelecimento da paz em Moçambique e num clima de coexistência pacífica entre os Estados da região.

Esta situação, foi agravada pela não consumação das expectativas sul-africanas em relação ao acordo de Nkomati no que concerne à questão do ANC: a contenção da sua acção política e militar. Mas também, os dividendos políticos e económicos decorrentes do mesmo acordo : a recuperação da credibilidade política do Apartheid no seio da comunidade financeira e, por conseguinte, o retorno à África do Sul do investimento estrangeiro.

O texto do acordo de Nkomati é um documento desprovido de cláusulas sobre os mecanismos legais de retaliação à parte que viole o acordado. Entretanto, é um pressuposto básico para o avanço de um processo com vista a um clima de paz e de coexistência pacífica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é verdade que a independência dos Estados da região abalou a estrutura política regional que repousava no chamado cordão sanitário, também é verdade que a reacção imediata do bastião regional foi favorável à manutenção de uma coexistência pacífica entre os Estados da região tomando em consideração que a administração Vorster acolheu a Detente proposta pela Linha da Frente em 1974. Entretanto, já neste período, o governo sul-africano demonstrava a falta de consistência na sua política diplomática ao invadir Angola.

A subida ao poder na África do Sul de P.W. Botha e nos Estados Unidos da América de Ronald Reagan, veio a inaugurar uma nova era política na África Austral caracterizada por uma maior intensidade à confrontação armada, iniciada na década 60, com as lutas de libertação nacional, em detrimento dos meios diplomáticos defendidos por Vorster e pela Linha da Frente.

A necessidade de manutenção da hegemonia política e económica pelo regime do Apartheid, em conjugação com a dimensão atribuída pelos Estados da região ao seu conceito de descolonização, em resposta a esta pretensão sul-africana, gerou a deterioração do espírito de confiança entre a África do Sul e a Linha da Frente e, por conseguinte, o descrédito da Detente pela administração Botha.

Neste ambiente, a administração Reagan veio a adoptar uma política que não favorecia a criação de um espaço de diálogo entre os Estados da região, com vista a reposição da Detente impelindo, mas apenas que impelia o bastião regional à

implementação da sua política regional assente na desestabilização.

Entretanto, como pôde referir P.W. Botha no acto da assinatura do acordo de Nkomati, o dia 16 de Março de 1984 marca o ponto de viragem no destino da região Austral de África na medida em que permitiu o retorno da prática dos Estados da região de resolverem os litígios regionais por meios diplomáticos.

O acordo de Nkomati (e o acordo de Lusaka) é um indicador de uma nova estratégia pacífica de Moçambique, face aos desenvolvimentos políticos da parte final dos anos 70-80, impelindo os restantes Estados membros da Linha da Frente a optarem por iniciativas diplomáticas, com vista a uma maior aproximação com o regime do Apartheid e a acomodação dos seus interesses políticos e económicos na região, em troca da coexistência pacífica.

Embora seja verdade que o restabelecimento da paz em Moçambique dependia da existência da vontade política de várias forças externas apoiantes da RENAMO e um ambiente político internacional favorável a acções conjuntas entre as duas superpotências com vista a resolução dos chamados conflitos regionais, a falta de consistência na política diplomática do governo sul-africano, em conjugação com a natureza da sua elite governativa e a falta de uma vontade política a nível do governo moçambicano de negociar directamente com o movimento rebelde, reduziram ainda mais as hipóteses de consumação desta pretensão no período entre 1984 e 1988.

FONTES UTILIZADAS

Sumário

A. Fontes não publicadas

- I. entrevistas
- II. documentos
- III. teses

B. Fontes publicadas

- I. jornais
- II. revistas
- III. artigos
- IV. livros

A. Fontes não publicadas

I. ENTREVISTAS:

SÉRGIO VIEIRA, ex vice-ministro da defesa. 29 de Outubro de 1997

ABDUL MAGID OSMAN, ex-ministro das finanças. 3 de Novembro de 1997

JACINTO VELOSO, chefe da delegação moçambicana nas negociações. 7 de Novembro de 1997

MARIANO MATSINHE, ex-ministro da segurança. 13 de Novembro de 1997; 28 de Janeiro de 1998

ROCKY WILLIAMS, membro do Umkhonto WeSizwe. 4 de Dezembro de 1997

CHRISTOPHER ALDEN, professor do Departamento de Relações Internacionais na Universidade de Witwatersrand. 20 de Fevereiro de 1998

ABUBAKAR ISMAIL, ex-comandante da unidade de operações especiais do Umkhonto WeSizwe. 24 de Fevereiro de 1998

II. DOCUMENTOS:

MAKWAKWA, PAULO

Uma viagem ao interior da RENAMO in: internet

SCHOELLER, WOLFGANG

Determinants of economy cooperation between CMEA countries and underdevelopment countries -Demonstrated on the case of Mozambique. International Conference of Law and Economy in Africa (ICCLEA). 15th to 20th February, 1982 at Ile-Ife, Nigeria (na posse do DR. David Hedges)

CEA Dossier África Austral, Relações económicas RPM-RAS desde o acordo de Nkomati II parte. Setembro 1989 código 52.200 in: CEA pasta DAA 1989 (Dossier África Austral)

Comunicação apresentada pelo presidente Samora Machel em Março de 1984 por ocasião da assinatura do acordo de Nkomati. in: CEA cx.55/E caixa 55 (acordo de Nkomati) [Discurso explicando o significado do acordo de Nkomati]

South African Institute of International Affairs, Library, Document S/14367, Minister of Foreign Affairs to Secretary General, UN, 6.2.1981.

United Nations General Assembly Document A/34/377, Thirty-fourth session. Report of the Economic and Social Council: Assistance to Mozambique: Report of the Secretary General. 16 August 1979 in: CEA 48/F, caixa 48 (Moçambique: Economia geral/Indústria/Finanças/Pescas)

US Secretary of State's (Cary/Coleman) Advisory Committee on South Africa, Jan 1987 in: HAA/38, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane

III. TESES:

BICÁ, JÚLIO VANMALI

Economia e politica em transição: Estudo do caso CFM-sul 1964-1980. Dissertação de licenciatura Universidade Eduardo Mondlane, 1996

CRAVINHO, JOÃO TITTERINGTON GOMES

Modernizing Mozambique: Frelimo ideology and Frelimo state. Tese de D.Phil: University of Oxford, 1995

CHEATHAM, MARK WAYNE

Constructive engagement in Mozambique, 1980-1984: the accord of Nkomati. Tese de Mestrado: University of Oregon. Ann Arbor: University Microfilms International, 1987

MACHEVE, ANTÓNIO

A dinamica das relações Moçambique-Reino Unido de 1975 a 1989: aspectos políticos e económicos, perspectivas. Dissertação de licenciatura: Instituto Superior de Relações Internacionais, 1991

STEPHENS, JEANNE

The political economy of transports in Mozambique: Implications for regional development. Tese de D.Phil: University of Sussex, 1994

B. Fontes publicadas

I. JORNAIS:

NOTÍCIAS

11 de Outubro de 1983; 18 de Novembro de 1983; 12 de Outubro de 1983; 11 de Janeiro de 1984; 17 de Janeiro de 1984; 20 de Janeiro de 1984; 21 de Fevereiro de 1984; 1 de Março de 1984; 3 de Março de 1984; 5 de Março de 1984; 9 de Março de 1984; 14 de Março de 1984; 17 de Março de 1984; 23 de Março de 1984; 30 de Março de 1984; 11 de Abril de 1984; 19 de Abril de 1984; 2 de Maio de 1984; 19 de Maio de 1984; 21 de Junho de 1984; 14 de Agosto de 1984; 23 de Agosto de 1984; 11 de Setembro de 1984; 27 de Setembro de 1984; 31 de Outubro de 1984; 15 de Novembro de 1984; 27 de Novembro de 1984

DOMINGO

30 de Agosto de 1997

The STAR

18 de Dezembro de 1982; 21 de Dezembro de 1983; 5 de Maio de 1983; 6 de Maio de 1983

II. REVISTAS:

artigos de:

CASTILHO, CARLOS

'África do Sul: o recuo do Apartheid'. *Tempo* n°713 10 de Junho de 1984 pp.33-37

FERRO, MÁRIO

'O Malawi do outro lado da fronteira'. *Tempo* n°927 17 de Junho de 1988 p.2-3

VICTORINO, FERNANDO

'Cimeira de Moscovo: a solução adiada'. *Tempo* n°923 19 de Junho de 1988 pp.30-31

'Moçambique e África do Sul vão restabelecer Comissão de Segurança' *Tempo*, n°921 5 de Junho de 1988 p.7

'Moçambique-África do Sul: cooperar é possível' *Tempo* n°936 18 de Setembro de 1988 p.5

III. ARTIGOS:

A constelação de Estados da África Austral: uma nova ofensiva estratégica sul-africana na região. Maputo: Análise, CEA/CEDIMO (2)27.03.1980

Mozambique: an infamous accord. in: *Africa Confidential* vol.25 n°24 28 November 1984 pp.4-7

Mozambique: The road to Nkomati: destabilization, rebellion, drought, famine and economic collapse. in: *Africa Contemporary Record* 1983/4 PP.b661-681

CAHEN, MICHEL

Le Portugal et l'Afrique: Le cas des relations luso-mozambicaines 1965-1985. in: *Afrique Contemporaine*. Paris n°1 137 Janeiro-Março 1986 pp.3-55

COKORINOS, LEE & MITTELMAN, JAMES H.

Reagan and the pax afrikaana. in: *Journal of Modern African Studies* vol.23

CROCKER, CHESTER A.

Southern Africa: eight years later. in: *Foreign affairs*, vol.68, n°14 Fall 1989 pp.144-164

DAVIES, ROBERT

South Africa strategy towards Mozambique since Nkomati. in: *Transformation* 3 (1987) pp. 4-28

ERASMUS, GERHARD

The accord of Nkomati: content and context. Braamfontein: The South African Institute of international affairs, 1984

ISAACMAN, ALLEN

Mozambique: tugging on the chains of dependency. in: African crises areas and U.S. foreign policy [s.l;s.n], 1985 pp.129-157

LEISTNER, G.M.E.

South Africa and Mozambique-prospects for peaceful coexistence. in: *Africa Insight* vol.19 n° 1 1989 pp.6-15

.....

Economic relations among Southern african states. in: Political alternatives for Southern Africa. D.J. VAN VUUREN/ D.J. KRIED (editores), Durban, 1983 pp. 210-226

MARTIN BEN L.

American policy in 1980's towards Southern Africa in: *Journal of Modern African Studies* vol.27 n°11 1989 pp.23-46

MITTLEMAN, JAMES H.

Mozambique: The political economy of underdevelopment. *Journal of Southern African Affairs* 3(1) Janeiro 1978

O'MEARA, DAN

The collapse of Mozambican socialism. in: *Transformation* 14(1991) pp.82-103

IV. LIVROS:

ABRAHAMSSON, HANS & NILSSON, ANDERS

Mozambique the troubled transition: From Socialist construction to free market capitalism. London /New Jersey: Zed Books, 1995

.....

Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Gotemburgo: Padriugu, 1993

X CAHEN, MICHEL

Mozambique: la Révolution implosée. Paris: L'harmattan, 1990

X CALLAGHY, THOMAS M.

South Africa in Southern Africa: The intensifying vortex of violence. New York: Praeger, 1983

COVANE, LUÍS ANTÓNIO

As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul 1850-1964: Acordos e regulamentos principais. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989 Estudos 6

GELDENHUYS, DEON

The constellation of Southern African states and the Southern African Development Coordination Council: Towards a new regional stalemate? Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 1981

GRUNDY, KENNETH W.

The militarization of South African politics. Oxford: Oxford University Press, 1988

HANLON, JOSEPH

Apartheid's second front: South Africa's against its neighbours. Middlessex: Penguin Books, 1986

.....
 Beggar your neighbours: Apartheid power in southern africa. London: Indiana University Press, 1986

.....
 Mozambique: Revolution under fire. London: Zed Books, 1990

JOHNSON, PHYLLIS/MARTIN, DAVID

Destructive engagement: Southern Africa at war. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986

KASRILS, RONNIE

Armed and dangerous: my undercover struggle against Apartheid. Oxford: Heinmann, 1993

MAASDORP, GAVIN

SADCC: a post-Nkomati evaluation. Bramfontein: The South African Institute of International Affairs, 1984

MARTIN, DAVID

Struggle for Zimbabwe: the chimurenga war. London/Boston: Faber and Faber, 1981

MINTER, WILLIAM

Apartheid's contras: an inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1994

MOSS, GLEN & OBERY, INGRID (coord)

South Africa contemporary analysis: South Africa review 5 London: Southern African Research Service, 1990

MUNSLOW, BARRY (coord)

Africa: Problems in the transition to Socialism. London/New Jersey: Zed Books, 1986

MURRAY, MARTIN J.

The Revolution deferred: the painful birth of post-apartheid South Africa. London/New York: Verso, 1994

O' DA SILVA, ÁLVARO DO

Afrique Australe: a la recherche d'une identité. Paris: L'Harmattan, 1991

O'MEARA, DAN

Forty lost years, the Apartheid state and the politics of the National Party, 1948-1994. Athens: Ravan Press, 1996

ORKIN, MARK

Sanctions against Apartheid. Maitland/Cape Town: David Phillips Publishers pty, 1989

PRICE, ROBERT M.

The Apartheid state in crisis: political transformation in South Africa 1975-1990. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991

STRACHAN, BETH (compiled by)

Mozambique: the quest for peace. The political, social and economic context 1980-1994. a selected and annotated bibliography Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 1996. SAIIA, bibliographical series N° 31

VINES, ALEX

RENAMO: Terrorism in Mozambique. London: Indiana University Press, 1991

WILLEY, DAVID & ISAACMAN, ALLEN (coord)

Southern Africa: Society, Economy and liberation. Michigan: Michigan State University, 1981

WUYTS, MARC ERIC

Money and planning for socialist transition: The mozambican experience. Aldershot: Gower, 1989

ANEXOS

DELEGAÇÕES AS NEGOCIAÇÕES:

17 de Dezembro de 1982

A delegação moçambicana era chefiada por Jacinto Veloso estando na companhia de José Óscar Monteiro e Sérgio Vieira. A delegação sul-africana era chefiada por Reolof Botha fazendo-se acompanhar de funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da South african defense force, SADF¹.

5 de Maio de 1983

A delegação moçambicana era chefiada por Jacinto Veloso e a sul-africana por Reolof Botha. Este, era acompanhado por Louis Le Grange, oficiais seniores do seu departamento incluindo o director geral Hans Van Dalsen².

20 de Dezembro de 1983

Neste encontro, a delegação moçambicana era chefiada por Jacinto Veloso comportando ainda Sérgio Vieira e José Óscar Monteiro. A delegação sul-africana era chefiada por Reolof Botha fazendo-se acompanhar de Louis De Grange e Magnus Malan³.

16 de Janeiro de 1984

A delegação moçambicana era chefiada por José Óscar Monteiro, Ministro da Justiça, comportando o Major general Salésio Teodoro Nalyambipano, o vice-ministro da Defesa Nacional Coronel Sérgio Vieira, o Major-general António Hama Thai, o Tenente-coronel Fernando Honwana, assistente especial do presidente da República,

¹. *The Star*, 18.12.1982

². *The Star*, 6.5.1983

³. *Ibidem*

Francisco Madeira, Embaixador de Moçambique na República da Tanzania, o director Alberto Chissano, da presidência da República e o Major Graça Chongo, das tropas de guarda fronteiras.

A delegação sul-africana era chefiada pelo General Coetzee, Comissário da policia sul-africana sendo composta por: Tenente-general L. Glesson, das forças de defesa, P. R. Killen, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Contra-almirante Du Plessis, das forças de defesa, Major-general Van Rensberf, do Conselho de Segurança do Estado, Brigadeiro L. Erasmus, das forças de defesa, E. Van Zyl, da Inteligência Nacional, E. Spaarwater, da Inteligência Nacional, Brigadeiro Van Der Walls, das forças de defesa e L. Heuris, do Ministério dos Negócios Estrangeiros"⁴.

20 de Fevereiro de 1984

A delegação moçambicana era chefiada por Jacinto Veloso, Ministro na presidência para os Assuntos Económicos sendo composta por José Óscar Monteiro, Ministro da Justiça, Salésio Teodoro Nalyambipano, vice-ministro da Segurança, Sérgio Vieira, vice-ministro da Defesa, Joaquim Munhepe, Secretário de Estado da Defesa, Raimundo Pachinuapa, Inspector de Estado, Major-general Oswaldo Tanzana, Major-general Pedro Juma, Major-general Américo Mpfumo, Major-general António Hama Thai, Tenente-coronel Fernando Honwana, embaixador Francisco Madeira, Mussagy Jeichande, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Alberto Chissano e Carlos Tajú, directores da presidência da República, Major Graça Chongo, Embaixador Eduardo Coloma, Alfiado Sitei e José Castiano Zumbire, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Sérgio Cabá, do

⁴. Notícias, 17.1.1984

Ministério da Segurança.

A delegação sul-africana era chefiada por Reolof Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sendo composta por Magnus Malan, Ministro da Defesa, Louis Le Grange, Ministro da Lei e Ordem, J. Van Delsen, director dos Negócios Estrangeiros, J. Coetzee, Dr. L. D. Bernard, director dos Serviços de Inteligência, Dr. J. Roux, Secretário Geral do gabinete do Primeiro-Ministro, General H. Van Rensburg, do Conselho de Segurança do Estado, General P. Van Der Westhuizen e Brigadeiro J. Erasmus, das forças de defesa, M. Lown, dos Serviços de Inteligência, J. S. Aldrich, Secretário particular do Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Crafford, Secretário particular do Ministro da Lei e Ordem, D. Steward, J. Heunis, A. Manley e C.J.B. Wessels do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, P. J. Meyer, das forças de defesa"⁵.

2 de Março de 1984

A delegação moçambicana era chefiada por Jacinto veloso fazendo parte da delegação José Óscar Monteiro, Sérgio Vieira, António Hama Thai, Fernando Honwana, Francisco Madeira e Salésio Nalyambipano.

A delegação sul-africana por Reolof Botha comportando ainda Magnus Malan, Louis Le Grange e outros altos dirigentes e oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviços de Inteligência Nacional, de defesa e da policia, pela parte sul-africana⁶.

⁵. Notícias, 20.2.1984

⁶. Notícias, 3.3.1984

Letter dated on 6 February 1981 from the Minister of Foreign Affairs and Information of South Africa addressed to the Secretary-General

On 2 February 1981, the permanent representative of Mozambique addressed a letter to you stating that South Africa had "invaded" Mozambique and assassinated "refugees" [S/14358]. On the same day you expressed deep concern for 'a raid into Mozambique by units of the South African armed forces'.

In order to place South Africa's action in its proper perspective, it is essential that i draw your attention, first of all, to a press release i issued on 19 February 1980 regarding activities which were already at that time being planned against South Africa from within Mozambique. That press release contained the text of a formal note addressed by the South African Department of Foreign Affairs to the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of Mozambique, and read as follows:

"In spite of the assurances received from the Mozambique authorities that ANC terrorists and other subversive organizations do not operate from their territory against South Africa, recent events have produced conclusive evidence that terrorists who plan subversion in South Africa are being harboured in Mozambique and are conducting murderous operations and acts of sabotage against the Republic of South Africa from bases in Mozambique.

"The South African Government holds the Government of Mozambique fully responsible for the presence of these terrorist in its territory and for their actions which are indisputably in breach of international law. These activities violate the territorial integrity of South Africa and amount to acts of agrssion.

"In these circunstances it is incumbent on the Mozambique Government, in the interest of the maintenance of internationally accepted norms of conduct, to take effective steps to terminate these hostile acts and to ensure that no haven is given in Mozambique to individuals or groups perpetrating such acts.

"The South African Government reserves the right to take whatever steps may in its view be necessary, wherever and whenever, to

protect South African life and property".

In subsequent discussions the Mozambique Government was again informed about ANC activities at Maputo. The South African Government offered to produce proof that the ANC members at Maputo were not acting and behaving as refugees, but were actively involved in terrorist activities directed against South Africa. The Mozambique Government was warned on several occasions that unless practical steps were taken to put an end to these activities South Africa would be forced to act and take appropriate steps.

The action the South African defence forces were compelled to take on 30 January 1981 was directed solely at ANC terrorists. Everything possible was done to avoid contact with Mozambican forces and civilians. The attack on these terrorist targets followed after irrefutable information had been obtained that Mozambique was being used as a spring-board for terrorist attacks against South Africa.

The South African Government has in its possession evidence that the terrorist attacks on an industrial installation, and on public buildings in South Africa, as well as the holding of hostages in a bank, had been planned and launched from the ANC premises at Maputo.

I am constrained to reaffirm the South African Government's position on terrorism, namely that it is resolutely committed to act against the threat which terrorism poses to South Africa and its people, whether it originates within South Africa or in a neighbouring country. A country actively or passively supporting those who plan and commit terrorism and subversion, and which, in addition, harbours them, will have to bear the consequences.

The time has come for those countries which identify with terrorist movements and their designs, and also provide sanctuaries to them, to make a clear choice between constructive development and violent destruction. South Africa's choice in that respect is clear. It is imperative that they also make their choice. The South African Government stands ready to cooperate with and assist those who want to play a constructive role in developing their countries and in promoting peace and stability in their regions.

However, South Africa shall not cease to protect its people and their property against the onslaught of terrorism, wherever it breeds. Accordingly, my Government will continue to combat and eliminate this threat, irrespective of the consequences.

(signed) R. F. Botha

Minister of Foreign Affairs and Information of South Africa

SPEECH BY PRIME MINISTER P.W. BOTHA OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, ON THE OCCASION OF THE SIGNING OF THE ACCORD OF NKOMATI

Our action today in signing this treaty, the accord of Nkomati, sets a new course in the history of Southern Africa. We have signalled to the world our belief that states with different socio-economic and political systems can live together in peace and harmony, and work together in the pursuit of common interests. Our meeting today on the boarder between our two countries indicates our willigness, and our ability, to reach peaceful accords which enshrine our commitment to the principles of good neighbourliness. Another principle that underlines the agreement we have signed today is that each country has the right to order its affairs as it sees fit, and that inter-state relations, particulary between neighbours, should not be disturbed by differences in internal policies. This is sensible and pratical, as it recognise that each country has its own set of conditions for which it must seek its own solution in the interest of its citizens.

South Africa was one of the first countries of Africa to confront colonial occupation and foreign exploitation. The people I belong to know the feeling of powerlessness in the face of an external force far greater than ours. Our independence did not come easily. Countless numbers of our women and children died in concentration camps while their husbands, fathers and brothers fought the might of a Great Empire. Their sacrifice has kept the flame of freedom burning in the hearts of South Africans ever since.

Neither South Africa nor Mozambique had a hand in drawing the political map as we know it today. Our borders were arbitrarily drawn by others, by people who served the interests of colonial powers and who spared little thought, if any, for the inhabitants of the region.

Having gained our political independence we have a duty to use it to free our peoples also from the chains of poverty, ignorance and disease. The means we have chosen may point in opposite directions: they often conflict, but we cannot allow our divergent outlooks on life to distract us from the urgent need to create better



opportunities for our peoples, to enable them to break out the debilitating cycle of poverty, and to work for a future which offers realistic prospects for peace and better standard of living. This is the logic and the purpose of the Accord of Nkomati. It is an act of faith on part of our two governments - faith in the promise that given a climate of stability and mutual co-existence we will be able to focus our energies on the problems which really matter in our region, and get to work on the fundamental requirements of our peoples.

We face extremely complex social, political and economic problems in Southern Africa: so complex that they can result in conflict and it is often difficult to avoid being drawn into the resultant spiral of confrontation and conflict. In these circumstances the real issues are avoided - uncomfortable facts and harsh realities are dusted under the carpet while nations wage an ideological war of words and act with hostility towards each other. But facts and realities are remarkable resilient companions of mankind. They will not simply disappear because we banish them from our sight. Indeed, unless we attend to them honestly and frankly the problems which they present will merely be compounded.

The Republic of South Africa, in voicing its concern several years ago at the increasing signs of confrontation and conflict in our region, came to the conclusion that the leaders of our sub-continent would have to face these realities and re-arrange their priorities accordingly. As governments we have a duty to view the welfare and prosperity of our peoples as our first priority. South Africa recognised that it had the stability, the economic strength and productive capacity to assist its neighbours in achieving the regional goal of progress and development, provided the countries concerned were prepared to seek healthier mutual relations. My country offered to sign non-aggression pacts with all its neighbours in pursuit of that objective, and today with the People's Republic of Mozambique we are taking an important step in that direction.

In signing this agreement today we opted for the road of peace. I know that it is a difficult road, not without risks for either of

us: nor can we escape the fact that peace, too, has its price. We start off with a burden of mutual suspicion and bitter memories which, as we progress, must be shed by the wayside.

There can be no question of this agreement being a temporary expedient from which one side or other might desire to derive unilateral advantage. This is so because the factors which have brought us together are themselves immutable. It is the economic and geographic realities of our region which have brought us together and which will be the best guarantee of the success and permanence of this agreement.

We can explore numerous possibilities for expanding our relations for mutual benefit in the atmosphere of peace and trust that we are now creating. Such an atmosphere will lead to confidence and will encourage the private sectors of the South African economy and of the other countries to play a constructive role if they can be assured that their investments will be secure and of mutual benefit to producers and consumers alike.

We are both African countries, inhabited by African peoples whose past and whose future are firmly entrenched in the Southern part of African Continent. We are of Africa. We share a common future in this part of the world, and a common responsibility to ensure that generations which follow us will inherit a better world than we did. This agreement can contribute significantly towards such a better world. We have signed it before an assembled group of dignitaries and guests, civilians from many walks of life, as well as before representatives of our Armed Forces on whom we rely to defend our countries with their lives. By ensuring the successful implementation of this agreement we will create a situation in which, if our Armed Forces are called upon to do battle, it will not be between our respective countries.

By agreeing to the spirit and letter of this Accord my government looks forward to a new era of co-operation and peaceful co-existence between South Africa and Mozambique in the search for a better life for our peoples.

I see a sub-continent in which countries work together to

rationalise and increase food production, develop regional trade, establish housing programmes, education and training schemes, health services, employment opportunities, and many other mutually beneficial activities. We can exchange information on programmes to overcome the consequences of droughts, floods and other natural disasters. Together we can form an economic alliance to negotiate better prices on world markets for our minerals and raw materials. Given the necessary stability and good neighbourliness, I have a vision of the nations of Southern Africa co-operating with each other in every field of human endeavour: a veritable constellation of states working together for the benefit of all on the basis of mutual respect.

It is most appropriate that leaders and representatives of states in Southern Africa, as well as representatives of other States, are in attendance on this historic occasion.

I wish to thank them for their presence. Some I have met before: others I am meeting for the first time. All have, in one way or another, contributed to the process of communication and negotiation which culminated in our proceeding today.

When, later this afternoon, we have to part, the structures which have been erected here will be taken and removed, and this beautiful valley will again be the domain of the hippopotamus and many others creatures of animal kingdom. I would like us, together, to build a memorial on this spot where the Accord of Nkomati was signed, so that long after we gone, future generations will know that we met here today to chart a new and promising course in the history of our two countries.

Our task now is to return to work, to put our agreement into operation, and do all we can to ensure that historians of the future will mark today as a major turning point in the destiny of our sub-continent.

Once again something new has emerged from Africa. We believe that this agreement between our countries can serve as a model for relationships throughout our region, and, indeed, throughout the world. We cannot allow Southern Africa to wither away and die. Our responsibility as Africans is to give our sub-continent a chance to

live, grow, to develop, outsiders. As Africans we take pride in our identity and in our traditions in this part of the world. Instead of dividing our energies and resources let us pool them, for it is in our combined economic strength that the promise of a more prosperous region will best be realised.

By our meeting here today we are sending a message to the world that Southern Africa will survive and her children will prosper. May God grant us the courage and strength to fulfil our mission.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE SAMORA
MACHEL NA CERIMÓNIA DA ASSINATURA DO ACORDO DE NKOMATI

Senhor Primeiro-Ministro da República da Africa do Sul,
Senhor Botha,
Senhores Ministros,
Caros Convidados,
Minhas senhoras,
Meus Senhores,

A assinatura do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança, representa um momento alto da história das relações entre os nossos dois Estados, um momento alto da história da nossa região.

Os princípios que inscrevemos no Acordo de Nkomati são princípios de validade universal que regem as relações entre Estados soberanos, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e sociais. São princípios que abrem perspectivas novas no relacionamento entre os nossos Estados, no sentido de garantir uma paz sólida e duradoira entre os dois países vizinhos. São princípios que estabelecem uma nova situação na nossa zona, uma situação de paz e de boa vizinhança.

O Acordo de Nkomati é um documento único entre Estados da nossa zona. A sua necessidade resultou não tanto das diferenças que opoem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos dois países.

Assumimos aqui o compromisso solene de não desencadearmos acções agressivas, de qualquer tipo, um contra o outro, e criamos condições para, com honra e dignidade, ver instalar-se uma nova fase de estabilidade e segurança nas nossas fronteiras comuns.

Não queremos que a Africa Austral, e, em particular, os nossos dois países sejam palco de um conflito generalizado. Por isso consagramos no Acordo de Nkomati o princípio de que os nossos Estados não serão utilizados por qualquer outro Estado para pôr em causa a soberania, a integridade territorial ou a independência dos

nossos países.

Estamos aqui a lançar bases para romper definitivamente o ciclo de violência que se instalou nesta zona do continente. Violência que se iniciou há alguns séculos, quando a dignidade e a personalidade dos povos africanos foram espezinhados pela agressão, a dominação e a exploração do colonialismo europeu.

A África foi assolada pela brutalidade das guerras escravagistas e de conquista colonial, que trouxeram a divisão, a humilhação, a miséria e a destruição aos povos do continente.

Somos um continente de sobreviventes. Sobrevivemos à escravatura, sobrevivemos às guerras de conquista, sobrevivemos à brutalidade da repressão quando quisemos ser donos dos nossos próprios destinos. Por isso, estamos bem consciêntes do valor da paz, da necessidade de rejeitarmos as heranças que nos dividem.

Assumimos assim a responsabilidade perante o mundo e perante a história, de assegurar a perenidade deste Acordo, de eliminarmos as causas que constituem a fonte da violência, da guerra e da confrontação.

Senhor Primeiro-Ministro,

As diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais são grandes e até antagónicas.

Soubemos honradamente reconhecer tais diferenças no duro e difícil caminho das conversações francas e abertas que nos conduziram a este Acordo. Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem, mas sabemos reconhecer que estamos indissoluvelmente ligados pela geografia e pela vizinhança.

A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança, são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição.

A República Popular de Moçambique defende a Paz como o bem mais precioso da humanidade, como a aspiração mais profunda de todos os povos. A Paz e a coexistência estão inscritas na nossa Constituição. Foi com base na nossa política socialista de Paz que desde o primeiro encontro entre os nossos governos, em 17 de Dezembro de 1982, propusemos que, formal ou informalmente,

acordássemos em fazer prevalecer a coexistência e a Paz entre os nossos Estados.

Há Paz quando se verifica o respeito entre Estados pela soberania, pela independência e pela integridade territorial.

Há Paz quando há harmonia, tranquilidade física, material, espiritual e social.

Há Paz quando, sem discriminação, se respeita a vida, a liberdade, a igualdade e a dignidade do Homem.

A Paz gera as condições para o progresso, o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

Depois de uma longa época de conflitos armados surgem esperanças de Paz. Há que transformá-las em realidade. Há que fazê-las florescer e torná-las cada vez mais férteis e fecundas.

A perspectiva de Paz abre possibilidades à valorização dos imensos recursos em que abunda a nossa região. Estes recursos devem prioritamente ser explorados em benefício dos povos, salvaguardando sempre os interesses nacionais de cada Estado.

As relações económicas entre os nossos Estados devem desenrolar-se numa forma sã e correcta.

Não podemos nem devemos ignorar que as nossas relações têm uma tradição histórica, que valorizou a contiguidade geográfica entre os dois países.

Mas devemos igualmente reconhecer que relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmonioso, e por isso o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar por qualquer forma, a sua independência, ou torná-lo economicamente dependente de um outro país.

Saibamos encontrar, na área económica, como valorizar recursos, infraestruturas e situações que, constituindo uma experiência das nossas relações, são susceptíveis de trazerem vantagens e benefícios recíprocos, numa base de igualdade.

É neste contexto que o Acordo de não agressão e boa vizinhança tem um papel importante a desempenhar, pois sem paz e tranquilidade não há desenvolvimento.

Estabelecemos relações de cooperação no âmbito da SADCC, com Estados da África Austral. Como já tivemos ocasião de afirmar, a

SADCC não foi criada contra a África do Sul. O seu objectivo central é a eliminação da fome, da nudez, do analfabetismo e o melhoramento do nível de vida dos povos da região. Os Estados membros da SADCC recusam depender economicamente da África do Sul, como de qualquer outro país.

Estes objectivos estão solenemente proclamados na Declaração de Lusaka que instituiu a SADCC, e uma vez mais queremos aqui reafirmar a nossa inteira fidelidade a tais princípios.

Senhor Primeiro-Ministro,

Os nossos Estados souberam traçar a via da coexistência. Souberam discutir entre si. Souberam entre si caracterizar os seus interesses e objectivos. Muitos se surpreenderam da rapidez com que encontramos as respostas, e da nossa capacidade em fazê-lo sem interferências exteriores a nós.

Nós, povo moçambicano, queremos desenvolver relações amistosas com o povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos, tem outra pátria. Não somos estrangeiros ao nosso continente, às nossas pátrias.

Temos que conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes são princípios fundamentais do nosso Estado, princípios que constituem a essência mesma da nossa concepção de sociedade livre e democrática, princípios com os quais nos mantemos coerentes e a que somos intrasigentemente fieis.

Temos como objectivo que a nossa região se afirma como modelo de Paz. Não queremos conflitos armados. Não queremos, particularmente ser detonadores de uma confrontação à escala mundial.

A luta de libertação dos povos africanos foi para alcançar a paz. A África inteira continua a luta para se transformar em zona de paz, fazer dos seus oceanos estradas de paz, da unidade, de amizade e cooperação entre os povos. A África inteira combate para afastar do Continente os horrores de uma catástrofe nuclear.

Os povos africanos sempre lutaram para eliminar as causas geradoras de conflitos, de tensão, de guerras. Sempre lutaram para erradicar a dominação e exploração estrangeiras e, na paz, construir o progresso, o bem-estar e a fidelidade.

Nesta luta pela dignidade e personalidade do homem africano, a Organização de Unidade Africana foi e continua a ser instrumento importante para a materialização das aspirações mais legítimas dos povos do nosso Continente.

Não podemos deixar de aproveitar esta ocasião para prestarmos a nossa homenagem aos fundadores e inspiradores da OUA. Há mais de 20 anos uma pleiade insigne de dirigentes africanos teve a lucidez, a visão histórica e a coragem de dar corpo à aspiração de Unidade para prosseguir a luta dos povos africanos pela libertação do nosso Continente.

Nesta grandiosa epopeia de libertação de África, muitos foram os heróis, que por esta causa tão nobre, sacrificaram as suas memórias, que ficarão para sempre gravadas com respeito e carinho na história de África.

Queremos sublinhar o papel decisivo que têm desempenhado os dirigentes dos países da Linha da Frente a que nos encontramos unidos, há longa data, na causa da libertação do nosso Continente e na busca de paz e do progresso, na busca da justiça e da igualdade nesta zona de África.

Saudamos as figuras ilustres de Mwalimu Julius Kambarage Nyerere e do Dr. Kenneth David Kaunda, que souberam fazer dos seus povos aliados seguros e inquebrantáveis na libertação do povo moçambicano. Esta respeitosa homenagem aos povos da Tanzânia e da Zâmbia estende-se a todos os povos que souberam fazer da nossa luta, a sua própria luta, para se alcançar a paz e a liberdade.

O Acordo que concluímos contribui significativamente para estes nobres objectivos. Mais ainda, ele permite que os esforços da região se concentrem na luta prioritária do Continente e da humanidade: a luta contra a fome, a doença, a ignorância, a miséria e o subdesenvolvimento.

Que a África surja como zona de progresso onde a razão prevaleça sobre o ódio os preconceitos e os esforços do homem se concentrem na luta pelo desenvolvimento e pelo bem-estar.

Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do povo moçambicano.

Em 1964, o nosso povo desencadeou a luta armada contra o

colonialismo português para conquistar a independência nacional e eliminar um dos factores que perturbava a paz na nossa zona. Em 1974, dez anos depois, aquele objectivo foi alcançado. Volvidos outros 10 anos, estamos aqui a estabelecer bases para que entre dois Estados da zona Austral do nosso Continente prevaleça um clima de boa vizinhança e paz.

Senhor Primeiro-Ministro,

O esforço para alcançar a paz exigiu determinação, perspectiva histórica correcta e firmeza. Chegou o momento em que, mais que os textos e as formulações jurídicas, para nós conta a palavra dada, o sentido do engajamento, a boa fé.

O governo da República Popular de Moçambique, no espirito, e não só na letra, cumprirá a sua palavra.

Senhor Primeiro-Mnistro,

Senhores Convidados,

Sempre lutámos pela Paz, igualdade e progresso, pronunciando a palavra de ordem da FRELIMO, A LUTA CONTINUA!

Hoje, a luta continua pela igualdade, pela democracia, pela justiça, para que no nosso Continente todos sejam iguais.

Hoje, pela Paz, estabilidade, boa-vizinhança e progresso.

A LUTA CONTINUA

Muito Obrigado.

ACORDO DE NÃO AGRESSÃO E BOA VIZINHANÇA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

O governo da República Popular de Moçambique e o governo da África do Sul, adiante designados também como Altas Partes Contratantes;

RECONHECENDO o princípio de respeito estrito da soberania e integridade territorial, da igualdade soberana, da independência política e da inviolabilidade das fronteiras de todos os Estados;
REAFIRMANDO o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados;

CONSIDERANDO os princípios internacionalmente consagrados do direito dos povos à auto-determinação e independência e o princípio de igualdade de direito de todos os povos;

CONSIDERANDO a obrigação de todos os Estados de se absterem, nas relações internacionais, do uso da força ou ameaça da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado;

CONSIDERANDO a obrigação dos Estados de resolverem os conflitos por meios pacíficos, e assim salvaguardarem a paz e a segurança internacionais e a justiça;

RECONHECENDO que é responsabilidade dos Estados não permitirem que o seu território seja utilizado para a prática de actos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados;

CONSCIENTES da necessidade de promover um relacionamento de boa vizinhança com base nos princípios de igualdade de direitos e vantagem mútua;

CONVICTOS de que as relações de boa vizinhança entre as duas Altas Partes Contratantes contribuirão para a paz, segurança, estabilidade e progresso na África Austral, no Continente e no Mundo;

Acordam solenemente o seguinte:

ARTIGO UM

Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a respeitar a soberania e independência da outra e deve, em cumprimento desta obrigação fundamental, abster-se de interferir nos assuntos internos da outra parte.

ARTIGO DOIS

1. As Altas Partes Contratantes resolverão os diferendos e disputas que surjam entre si e que possam pôr em perigo a paz e segurança mútuas ou da região, através de negociações, inquéritos, mediação, conciliação, arbitragem e outros meios pacíficos, e obrigam-se a não recorrer individual ou colectivamente ao uso da força contra a soberania, integridade territorial e a independência política de cada uma delas.

2. Para efeitos do presente Artigo, o uso da força compreende inter alia;

a. Ataques por forças terrestres, aéreas ou marítimas;

b. Sabotagem;

c. Concentração injustificada de tais forças na ou junto das fronteiras internacionais das Altas Partes Contratantes.

3. As Altas Partes Contratantes não apoiarão de qualquer forma as forças armadas de qualquer Estado ou conjunto de Estados que tenham sido mobilizadas contra a soberania territorial ou independência política da outra parte.

ARTIGO TRÊS

1. As Altas Partes Contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo, sejam utilizadas como base, ponto de passagem ou de qualquer outra forma por outro Estado, governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparam para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes.

2. As Altas Partes Contratantes com vista a impedir ou a eliminar as acções ou a preparação das acções mencionadas no número 1 deste Artigo, comprometem-se nomeadamente a:

a. Proibir e impedir a organização nos respectivos territórios de

- forças não regulares ou bandos armados, incluindo mercenários, que se proponham realizar as acções referida no número 1 deste Artigo;
- b. Eliminar dos respectivos territórios bases, centros de treino, locais de guarida, alojamento e trânsito para os elementos que pretendam realizar as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- c. Eliminar dos respectivos territórios centros ou depósitos de armamento de qualquer tipo, a serem utilizados pelos elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- d. Eliminar dos respectivos territórios postos ou locais de comando, direcção e coordenação dos elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- e. Eliminar dos respectivos territórios instalações de comunicação e telecomunicações entre o comando e os elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- f. Eliminar e proibir a instalação nos respectivos territórios de estações de radiodifusão, incluindo emissões não oficiais ou clandestinas de elementos que levam a cabo as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- g. Exercer nos respectivos territórios controle rigoroso sobre elementos que se proponham realizar ou planejar as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- h. Impedir que elementos que se proponham ou planeiam realizar as acções referidas no número 1 deste Artigo transitem de um ponto do interior do território de qualquer das Partes para outro ponto do território da outra ou para um outro ponto do território de qualquer terceiro Estado que faça fronteira com a Alta Parte Contratante contra a qual os referidos elementos se propõem ou planeiam realizar tais acções;
- i. Tomar medidas apropriadas nos respectivos territórios para impedir o recrutamento de elementos de qualquer nacionalidade com o objectivo de levar a cabo as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- j. Impedir que a partir dos seus respectivos territórios os elementos referidos no número 1 deste Artigo possam, por qualquer meio, levar a cabo acções de rapto e outras, com vista a tornar reféns cidadãos de qualquer nacionalidade no território da outra

Alta Parte Contratante;

k. Proibir a concessão nos respectivos territórios de qualquer facilidade de ordem logística para a realização das acções referidas no número 1 deste Artigo.

3. As Altas Partes Contratantes não utilizarão o território de terceiros Estados para levar a cabo ou apoiar as acções referidas no número 1 e 2 deste Artigo.

ARTIGO QUATRO

As Altas Partes Contratantes tomarão medidas, individual e conjuntamente, para assegurar que a fronteira internacional entre os respectivos territórios seja efectivamente patrulhada e que os postos de fronteira funcionem com eficiência para impedir a travessia ilegal do território da outra, nomeadamente pelos elementos referidos no Artigo Três do presente Acordo.

ARTIGO CINCO

As Altas Partes Contratantes proibirão nos seus territórios acções de propaganda que incitem à guerra de agressão contra a outra Alta Parte Contratante e proibirão igualmente as acções de propaganda destinadas a incitar a actos de terrorismo e guerra civil no território da outra Alta Parte Contratante.

ARTIGO SEIS

AS Altas Partes Contratantes declaram que não há conflito entre os compromissos por elas assumidos em tratados e obrigações internacionais e os compromissos decorrentes do presente Acordo.

ARTIGO SETE

As Altas Partes Contratantes empenham-se em interpretar o presente Acordo dentro do princípio de boa-fé e realizarão contactos periodicos entre si para garantir a efectiva aplicação do acordo.

ARTIGO OITO

Nenhuma disposição do presente Acordo poderá ser entendida como restringindo o direito de auto-defesa de cada uma das Altas Partes Contratantes, em caso de ataques armados, nos termos em que tal direito vem consagrado na Carta das Nações Unidas.

ARTIGO NOVE

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes designará representantes

de nível elevado para integrar uma Comissão Conjunta de Segurança, com o objectivo de supervisionar e controlar a aplicação do presente Acordo.

2. A Comissão determinará os seus próprios procedimentos de trabalho.

3. A Comissão deverá reunir-se regularmente e poderá ser convocada a título extraordinário sempre que as circunstâncias o exigirem.

4. A Comissão deverá:

a. Apreciar todas as alegações de violação das disposições do presente Acordo;

b. Notificar as Altas Partes Contratantes das suas conclusões;

c. Recomendar às Altas Partes Contratantes medidas que visem a aplicação eficaz do presente Acordo e a resolução dos diferendos decorrentes de violações ou alegadas violações.

5. As Altas Partes Contratantes definirão o mandato dos respectivos representantes, de modo a permitir a tomada de medidas provisórias, em casos de reconhecida urgência.

6. As Altas Partes Contratantes porão à disposição da Comissão todas as facilidades necessárias ao seu bom funcionamento e apreciarão em conjunto as conclusões e recomendações por ela submetidas.

ARTIGO DEZ

Este Acordo será também designado por Acordo de Nkomati.

ARTIGO ONZE

1. Este Acordo entra em vigor na data da sua assinatura.

2. Qualquer alteração deste Acordo, concordada pelas Altas Partes Contratantes, deverá ser efectuada por Troca de Notas.



EM FÉ DO QUE, os signatários, em nome dos respectivos governos, assinam e selam este Acordo, em quadruplicado, nas linguas portuguesa e inglesa, sendo ambas as versões igualmente autênticas.

FEITO E ASSINADO na fronteira comum nas margens do Rio Nkomati, aos 16 dias do mês de Março de 1984.

SAMORA MOISÉS MACHEL

PIETER WILLEM BOTHA